



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ESAN – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO

CELINA MARTINEZ GEORGES

**FATORES DE INFLUÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DE UMA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA**

CAMPO GRANDE – MS

2019

CELINA MARTINEZ GEORGES

**FATORES DE INFLUÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DE UMA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA¹**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Escola de Administração e Negócios. Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração. Área de concentração em Gestão do Agronegócio e Organizações.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Campeão.

CAMPO GRANDE – MS

2019

¹ O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

CELINA MARTINEZ GEORGES

**FATORES DE INFLUÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DE UMA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA**

Esta Dissertação será julgada, pela Banca abaixo qualificada, como requisito à obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio e Organizações do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Prof. Dra. Thelma Lucchese Cheung
Coordenadora do Curso em exercício

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dra. Patrícia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Davi Rogério De Moura Costa
Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Erlaine Binotto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Olivier François Vilpoux
Universidade Católica Dom Bosco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem ele não teria conseguido forças para alcançar esta conquista.

Aos meus pais, irmãos e avós que sempre acreditaram e me apoiaram em todas as decisões que tomei.

À professora Patrícia, que além de orientar este trabalho, teve muita paciência comigo e me ensinou muitas coisas que levarei comigo durante toda minha vida profissional e acadêmica.

A todos na ESAN que sempre me acolheram muito bem e foram muito prestativos. Assim como a todos os professores que fizeram parte deste processo de aprendizagem, sendo através de aulas, conversas, opiniões e auxílios com o meu trabalho.

Aos professores Erlaine Binotto, Olivier François Vilpoux e Davi Rogério de Moura Costa que participaram da banca de qualificação de forma imprescindível para o melhor resultado deste trabalho.

Aos colegas que conheci e caminharam juntos nessa trajetória de mestrado. Especialmente meus colegas Paulo e Amanda e à Alessandra, que se tornou uma companheira durante esta jornada.

À CAPES e FUNDECT pelo apoio financeiro, fundamental durante esse período.

A todos os produtores rurais que disponibilizaram um pouco do seu tempo para responder ao questionário.

A toda a equipe da cooperativa que me recebeu com muito zelo e atenção em todos os momentos que precisei. Especialmente ao diretor presidente que sempre foi muito solícito.

Por fim, mas não menos importante agradeço a minha tia Ecila que compartilhou sua experiência de mestrado e doutorado comigo e me motivou a continuar percorrendo essa caminhada.

RESUMO

GEORGES, C. M. **Fatores de influência na participação dos membros de uma cooperativa agropecuária.** 82f. (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 2019.

As cooperativas têm características que as diferenciam dos demais tipos de organização. Tais características atribuem aos cooperados diversas funções, entre elas sócio, cliente e fornecedor, a depender da atividade da cooperativa. Em cooperativas agropecuárias, os gestores se deparam com algumas restrições ao organizar as ações da cooperativa quando não há compromisso dos cooperados no que tange ao cumprimento de suas funções devido à dependência que as cooperativas agropecuárias têm com relação à participação dos cooperados. Propõe-se neste trabalho analisar a influência de características individuais dos cooperados na sua participação em uma cooperativa agropecuária de Mato Grosso do Sul. Para tanto os objetivos específicos são: caracterizar o perfil de participação dos cooperados; identificar as características individuais dos cooperados considerando elementos sócio demográficos e suas atitudes de satisfação e confiança para com a cooperativa; e verificar quais características individuais dos cooperados têm relação com a sua participação na cooperativa. Através do método de estudo de caso único e com uso da metodologia qualitativa e estratégia exploratório-descritiva, procedeu-se à coleta de dados primários com uso de questionário estruturado aplicado com os cooperados da cooperativa em estudo. As características de confiança e satisfação dos cooperados foram conceituadas como medidas de atitude utilizando-se como base a Teoria do Comportamento Planejado a qual considera que as atitudes do indivíduo são aspectos que podem influenciar no seu comportamento. A técnica de estatística multivariada de Modelagem de Equações Estruturais foi utilizada para verificar as relações causais entre as variáveis delimitadas no estudo. Dados sobre a cooperativa em estudo, sua forma de se organizar, suas principais atividades e a percepção do diretor-presidente com relação à participação dos cooperados foram obtidos através de conversa aberta com o diretor da cooperativa e dados secundários. Constatou um nível mais elevado de participação social dos cooperados, enquanto que, em termos de participação econômica foi verificado que os cooperados são mais propensos a entregar seus produtos na cooperativa do que comprar insumos da cooperativa. Os membros também demonstraram alto nível de confiança e satisfação. Grande parte das características sócio demográficas analisadas não apresentaram relações causais com a participação dos cooperados, exceto a variável “membro do conselho” a qual demonstrou relação positiva e estatisticamente significativa com a participação (social e econômica) dos cooperados. A característica “escolaridade” também apresentou relação significativa, mesmo que fraca, com a participação econômica. As variáveis de atitude (confiança e satisfação) apresentaram relação somente com a participação econômica dos cooperados; ambas foram significantes a 1 e 5%, sendo que a confiança demonstra estar positivamente relacionado com a participação econômica e a satisfação demonstra relação inversa.

Palavras-chave: cooperados, participação, cooperativa agropecuária.

ABSTRACT

GEORGES, Celina Martinez. **Factors of influence in members' participation of an agricultural cooperative.** 2019. 82f. Thesis (Master) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 2019.

Cooperative organizations have some characteristics that differentiate them from other organizational forms. Cooperative members play different functions according to these characteristics such as partner, customer and supplier, that depend on the cooperative activity. Managers of agricultural cooperatives face some restrictions when organizing the cooperative actions when there is no members' commitment regarding the fulfillment of their functions due to the social and technical-productive dependence that agricultural cooperatives have regarding the members' participation in the agricultural cooperative. This study proposes to analyze the influence of members' individual characteristics in their participation in an agricultural cooperative of Mato Grosso do Sul. For this purpose, the specific objectives are: characterize the member's profile of participation; identify the individual member's characteristics including the socio-demographic profile and the members' attitudes of satisfaction and trust with the cooperative; and verify which member's individual characteristics are related to their participation in the cooperative. Through the single case study method and using the qualitative methodology and exploratory-descriptive strategy, it was collected primary data with a structured questionnaire applied with the members of the cooperative. The members' characteristics of trust and satisfaction were conceptualized as measures of attitude, based on the Theory of Planned Behavior which considers that the persons' attitudes are aspects that are part of the explanatory process of behavior construction. The Structural Equation Models, a multivariate statistical technique, was used to verify the causal relationships between the variables delimited in this study. Secondary and additional data about the cooperative were collected to show how the cooperative is organized, its main activities and the CEO's perception of members' participation. It was found a higher level of members' social participation, while in terms of economic participation it was found that members are more likely to deliver their products to the cooperative than to buy cooperative inputs. Members also demonstrated a high level of trust and a good satisfaction degree. Most of the social-demographic characteristics analyzed haven't causal relations with the members' participation in the cooperative, except for the variable "council member" which presented a positive and statistically significant relationship with the members' social and economic participation. The characteristic "level of education" also presented a significant relation with the members' economic participation; however it was a weak relationship. Attitude variables (trust and satisfaction) were related only to the members' economic participation in the cooperative. Both of them were statistically significant at a level of 1% and 5%. This study demonstrates that trust was positively related to economic participation while satisfaction appears to have an opposite relation.

Palavras-chave: members, participation, agricultural cooperative.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Direitos e deveres dos cooperados	20
Quadro 2 - Variáveis de participação dos cooperados	32
Quadro 3 – Variáveis das características dos cooperados	33
Quadro 4 - Codificação das variáveis para análise dos dados	33
Quadro 5 – Variáveis e suas frases afirmativas	36
Quadro 6 - Descrição das medidas de ajuste	42
Quadro 7 - Síntese das relações entre os construtos	44
Quadro 8 - Respostas individuais por variável sócio demográfica	53
Quadro 9 - Índices de ajuste do Modelo Estrutural	66
Quadro 10 - Síntese dos resultados obtidos com a estimação do modelo	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Presença AGOs 2014-2018.....	46
Gráfico 2 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS1 “Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto”	49
Gráfico 3 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS2 “Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa”.....	50
Gráfico 4 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS3 “Eu sempre estou buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa”.....	50
Gráfico 5 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS4 “Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto a gestão da cooperativa”	50
Gráfico 6 - Distribuição de frequência das respostas à variável PE1 “Eu sempre priorizo a entrega de produtos na cooperativa”	51
Gráfico 7 - Distribuição de frequência das respostas à variável PE2 “Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa”	52
Gráfico 8 - Nível de escolaridade dos cooperados da amostra.....	54
Gráfico 9 - Distância da propriedade até a sede da cooperativa.....	54
Gráfico 10 - Frequência de respostas referente à variável “tamanho da fazenda”	55
Gráfico 11 - Distribuição de frequência das respostas à variável c1 “Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos demais cooperados”	57
Gráfico 12 - Distribuição de frequência das respostas à variável c2 “Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos membros da gestão”	57
Gráfico 13 - Distribuição de frequência das respostas à variável s1 “Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios econômico-financeiros (menor custo, maior receita, etc) adquiridos por ser cooperado”.....	57
Gráfico 14 - Distribuição de frequência das respostas à variável s2 “Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios sociais (educação, capacitação, relações sociais, etc) adquiridos por ser cooperado”.....	58
Gráfico 15 - Distribuição de frequência das respostas à variável s3 “Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios técnicos (assistência técnica, acesso a nova tecnologia, etc) adquiridos por ser cooperado”.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Notas individuais por variável de participação	48
Tabela 2 - Frequência de respostas às afirmativas de participação	52
Tabela 3 - Notas individuais por variável de atitudes	56
Tabela 4 - Frequência de respostas às afirmativas de atitude.....	59
Tabela 5 - Resultados da análise fatorial confirmatória para os construtos de Satisfação e Confiança.....	60
Tabela 6 - Correlação entre os construtos Satisfação e Confiança.....	61
Tabela 7 - Resultados da análise fatorial confirmatória para os construtos de Participação	61
Tabela 8 - Correlação entre os construtos de Participação	62
Tabela 9 - Relações causais entre as variáveis exógenas e endógena de Participação Social..	64
Tabela 10 - Relações causais entre as variáveis exógenas e endógena de Participação Econômica	64
Tabela 11 - Análise cruzada entre as respostas para as variáveis de “participação social” e “participação econômica” a característica “membro do conselho”	68
Tabela 12 – Análise cruzada entre as respostas para as variáveis de “participação econômica” e “escolaridade”	69
Tabela 13 – Análise cruzada entre as respostas para as variáveis de “participação econômica” e “satisfação”	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo proposto no estudo	38
Figura 2 – Diagrama de Caminho do Modelo de Equações Estruturais.....	39
Figura 3 - Análise Fatorial Confirmatória para os Fatores Satisfação e Confiança	40
Figura 4 - Análise Fatorial Confirmatória para os Fatores Participação Social e Econômica .	41
Figura 5 - Estrutura organizacional da cooperativa.....	45
Figura 6 - Modelo Estrutural	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	15
1.2 Estrutura do trabalho	16
2 PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	17
2.1 Fatores que influenciam a participação dos membros.....	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 Delineamento das variáveis	31
3.2 Unidade de análise: a cooperativa agropecuária.....	34
3.3 Coleta de dados.....	34
3.4 Análise dos dados	37
4 RESULTADOS	45
4.1 Caracterização da Cooperativa Agropecuária	45
4.2 Perfil de participação dos cooperados	48
4.3 Características individuais dos cooperados	53
4.4 Relações entre as características individuais dos cooperados e a sua participação na cooperativa.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXO A	82

1 INTRODUÇÃO

Mais do que um simples modelo de negócio, o cooperativismo tem sido visto como uma alternativa viável e eficaz para o desenvolvimento sustentável, especialmente no meio rural. As cooperativas agropecuárias, segundo Biswas (2015), são instrumentos de desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais. Elas contribuem para que o agricultor mantenha-se no campo, fomentando a comercialização de seus produtos, fornecendo serviços aos seus cooperados e promovendo o desenvolvimento regional, por meio da inclusão dos produtores na cadeia produtiva do agronegócio.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Mato Grosso do Sul (OCB/MS, 2018), as cooperativas agropecuárias são formadas por produtores rurais que, geralmente, estão em busca de conseguir melhores preços na comercialização de seus produtos e diminuir seus custos por meio da compra coletiva de insumos agropecuários.

Os produtores rurais que se associam em cooperativas agropecuárias descobrem as vantagens de atuar coletivamente, principalmente nos momentos de compra de insumos e de venda da sua produção. Adicionalmente estes podem contar com a redução dos custos com armazenamento e transporte da produção, em cooperativas que também tem como atividade principal prestar serviços de armazém para os seus cooperados (OCB/MS, 2018).

O cooperativismo no meio rural é de grande relevância para a economia brasileira, na medida em que atua apoiando o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais, principalmente daqueles de pequenas e médias propriedades (GIMENES; GIMENES, 2006). Apesar desse modelo de negócio também beneficiar grandes produtores, os maiores beneficiados com ele são os produtores de pequeno e médio porte.

Em geral, as organizações cooperativas representam um percentual importante na economia brasileira (OLIVEIRA, 2007). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao Censo Agropecuário realizado em 2006, o modelo cooperativista representava aproximadamente metade da produção agropecuária no Brasil. Especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme apresentado pelo Sindicato Rural de Campo Grande (SRCG, 2016), 21 das 57 cooperativas agropecuárias presentes no Estado contribuíram, em 2015, com aproximadamente 54% do faturamento do agronegócio do Estado.

Com base no último Censo Agropecuário de 2017, aproximadamente 70% da área produtiva do Estado pertencem a grandes propriedades, enquanto que mais de 70% das áreas

classificam-se como pequenas e médias propriedades rurais. Ainda, durante os anos de 2016 a 2018, existiam no Estado, 9 cooperativas cadastradas como empreendimentos coletivos da agricultura familiar que se beneficiavam de programas do governo federal (NARDOQUE et al., 2018). Dessa forma, o estímulo à formação, propagação e sustentabilidade de cooperativas agropecuárias no Estado de Mato Grosso do Sul é de extrema relevância, principalmente para o crescimento e desenvolvimento dos pequenos e médios produtores.

Em geral, as cooperativas agropecuárias são organizações voltadas para atender as necessidades dos seus membros, oferecendo diversos serviços como, comercialização, armazenagem, processamento e industrialização da produção, oferta de insumos, capacitação, assistência técnica, entre outros (OCB, 2018).

Contudo, diferentemente das organizações tradicionais, onde os papéis de fornecedor, sócio e cliente são desempenhados por indivíduos diferentes, as cooperativas de uma forma geral, são organizações nas quais os cooperados são os responsáveis por esses três papéis simultaneamente. Dessa forma, pode-se dizer que as cooperativas apresentam dependência social e econômica dos seus membros, assim como estes adquirem responsabilidades e obrigações para com a cooperativa (OLIVEIRA, 2007).

A dependência social se deve ao quadro social das empresas cooperativas ser formado especialmente pelos seus membros os quais também são usuários dos serviços prestados pela cooperativa (PIVOTO et al., 2014). Nesse sentido, a dependência social está atrelada, especialmente, ao princípio da gestão democrática exercida pelos membros. Logo, para que a cooperativa mantenha a sua essência e aja em prol dos interesses dos membros, é preciso que estes exerçam efetivamente o seu papel de sócio ao participar na gestão da cooperativa por meio da contribuição na tomada de decisões assim como acompanhando e monitorando as ações dos responsáveis em administrar a cooperativa, sejam eles sócios ou profissionais contratados.

As cooperativas agropecuárias, como organização, também apresentam forte dependência econômico-produtiva dos seus membros, visto que eles são fonte de recursos financeiros e produtivos (OLIVEIRA, 2007). Os cooperados são os principais responsáveis pela viabilização econômica da cooperativa devido à sua relação cliente-fornecedor. Nesse sentido, quando os cooperados não cumprem suas obrigações com a cooperativa, especialmente no que tange as suas transações comerciais, esta pode sofrer prejuízos em seus ganhos de economia de escala devido a possível ociosidade de sua capacidade produtiva assim como a redução do seu poder de barganha no mercado.

Dessa forma, percebe-se que nas organizações cooperativas os seus membros são elementos essenciais, sendo responsáveis em fornecer os recursos sociais e econômicos necessários para o bom desempenho da organização. A participação dos cooperados é, portanto, um importante fator a ser monitorado e desenvolvido em prol da sustentabilidade da organização.

Nesse contexto, cabe aos gestores das cooperativas ficarem atentos quanto à evolução do nível de participação dos cooperados, estando cientes dos impactos que baixos níveis de participação podem causar no desempenho da organização.

Diante da relevância do comprometimento dos membros no desempenho da cooperativa, um problema se impõe. Estudos recentes têm identificado baixos índices de participação social assim como falta de compromisso econômico dos membros com as cooperativas agropecuárias (WADSWORTH, 1991; BHUYAN, 2007; BARRAUD; HENNINGER; TRIBOULET, 2014; VERHEES; SERGAKI; VAN DIJK, 2015). A baixa participação tem sido representada, especialmente, pela baixa frequência em assembleias e pelo pouco interesse dos membros em atuar na gestão da cooperativa (HARTE, 1997; HOLMSTRÖM, 1999; SIEBERT; PARK, 2010; HELLBERG-BAHR et al., 2011; CHADDAD; ILIOPOULOS, 2013). A fidelização dos cooperados nas transações comerciais com a cooperativa também tem se mostrado frágil (WADSWORTH, 1991; COOK; BURRESS, 2009; SIMIONI et al., 2009; CECHIN et al., 2013), como no caso da cooperativa agropecuária foco deste estudo, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul e formada predominantemente por pequenos e médios produtores rurais, conforme apontam os dados secundários obtidos nesta pesquisa.

Diante do problema evidenciado da baixa participação dos cooperados, cabe melhor compreender quais fatores podem contribuir no comportamento participativo dos membros para que, então, os gestores possam agir de forma mais eficaz para melhorar, quando o caso, o nível de participação dos cooperados na cooperativa.

Diversos estudos (BARRAUD; HENNINGER, 2009; XIANG; SUMELIUS, 2010; BARRAUD; HENNINGER; TRIBOULET, 2014) buscaram analisar se as características individuais dos cooperados poderiam de alguma forma, afetar a sua participação na cooperativa agropecuária a qual faz parte. Tais características normalmente incluem aspectos psicológicos internos, tal como a atitude dos cooperados que pode ser compreendida como a satisfação e confiança do cooperado relacionados a diversos aspectos da cooperativa agropecuária (BHUYAN; 2007; ÖSTERBERG; NILSSON, 2009; NILSSON et al., 2009; BARRAUD et al., 2014; HAKELIUS; HANSSON, 2016), e características sócio

demográficas dos cooperados como fatores relacionados com a participação dos membros em cooperativas agropecuárias.

Contudo, tais estudos foram realizados em cooperativas agrícolas localizadas em países nos quais essas cooperativas podem apresentar uma realidade, em geral, distante das cooperativas agropecuárias brasileiras. Nesse sentido, caberia explorar se alguns dos fatores que apontaram ser significantes para explicar a participação dos cooperados em diversas cooperativas agropecuárias também influenciam o comportamento participativo dos membros de uma cooperativa agropecuária do Estado de Mato Grosso do Sul.

Diante dos estudos já realizados sobre participação em cooperativas agropecuárias, verifica-se que poucos buscaram analisar, de forma conjunta a influência de características sócio demográficas e de atitudes, como satisfação e confiança, no perfil de participação do cooperado. Além disso, também são poucos estudos (BARRAUD et al., 2012; CECHIN et al., 2013; BARRAUD et al., 2014) que consideram a participação dos membros, simultaneamente, em suas duas dimensões, social e econômica.

Considerando-se a baixa participação dos membros em cooperativas agropecuárias como um problema gerencial a ser enfrentado por seus gestores, este trabalho propõe a seguinte questão norteadora da pesquisa: *“Como as características individuais do cooperado influenciam o seu perfil de participação na cooperativa agropecuária?”*.

Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir tanto para a discussão acadêmica sobre o tema da participação em cooperativas agropecuárias quanto para uma melhor compreensão dos gestores da cooperativa sobre fatores que tendem a influenciar a atuação do associado e, assim, possibilitar algumas ações no sentido de garantir um nível suficiente de participação entre os cooperados a fim de promover a sustentabilidade da organização.

1.1 Objetivos

Para responder a questão norteadora da pesquisa, propõem-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar a influencia de características individuais dos cooperados na sua participação em uma cooperativa agropecuária de Mato Grosso do Sul.

Objetivos Específicos:

1. Caracterizar o perfil de participação dos cooperados;

2. Identificar as características individuais dos cooperados considerando elementos sócio demográficos e suas atitudes de satisfação e confiança para com a cooperativa;
3. Verificar quais características individuais dos membros tem relação com a sua participação na cooperativa.

1.2 Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em cinco capítulos incluindo este primeiro capítulo com a introdução do estudo e os objetivos pretendidos.

No capítulo dois e três são apresentados os fundamentos teóricos e empíricos direcionadores desta pesquisa. Para tal, buscou-se, no capítulo 2, desenvolver o tema “participação em cooperativas agropecuárias”, esclarecendo o conceito de participação assim como investigando fatores que possam vir a influenciar na participação dos cooperados.

O método de pesquisa e técnicas de coleta de dados utilizados na pesquisa é apresentado no capítulo 3. Por final, no capítulo 4 são apresentados a caracterização do caso e os resultados das análises, seguido das considerações finais abrangendo análise geral dos resultados, limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

2 PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

De acordo com a definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2018), “uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente controlada”. As cooperativas, de uma forma geral, são associações de pessoas que se unem pelo objetivo comum de se fortalecer economicamente por meio da obtenção de maior poder de escala (OCB, 2018a).

As cooperativas atuam em diversos setores da economia. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para fins de melhor organização e representação, dividiu as atuações em 13 ramos de atividades: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer.

Dentre os ramos existentes, o agropecuário lidera em termos de número de cooperativas e geração de emprego no Brasil. Segundo OCB (2018b), atualmente no Brasil existem 1.618 cooperativas no ramo agropecuário as quais possuem mais de 1 milhão de associados e geram quase 200 mil empregos. As cooperativas agropecuárias brasileiras também merecem destaque pelo seu papel no mercado nacional e internacional. Segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 48% do total da produção de alimentos do país passa, em algum estágio da cadeia produtiva, por cooperativas agropecuárias. Além do mais, em 2017, US\$6,16 bilhões das exportações do país foram devido à contribuição das cooperativas agropecuárias (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2018), o que representa 90% do total das exportações realizadas por cooperativas brasileiras.

De acordo com a OCB/MS (2018), o papel das cooperativas agropecuárias é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados, além de oferecer assistência técnica, educacional e social aos cooperados. Segundo Arcas et al. (2014) as cooperativas agropecuárias adquirem um papel importante no desenvolvimento da agricultura de muitos países ao exercer as funções de: comerciantes da produção agrícola dos cooperados – cooperativa agropecuária de comercialização (AGBO et al., 2015), fornecedores de insumos agrícolas para os cooperados – cooperativa agropecuária de fornecimento (BIJMAN; VERHEES, 2011) e prestadoras de serviços como armazenamento, transporte, industrialização e assistência técnica. Em geral as cooperativas agropecuárias exercem essas atividades simultaneamente para atender as múltiplas demandas dos seus membros (ÖSTERBERG; NILSSON, 2009; BAREILLE et al., 2016).

Segundo Hendrikse e Feng (2013), as cooperativas agropecuárias são empresas de propriedade coletiva de produtores rurais independentes, que além de donos, são os principais usuários dos serviços prestados pela cooperativa. Nesse contexto, a formação de uma cooperativa agropecuária envolve os membros em duas estruturas organizacionais distintas: uma rede horizontal de produtores independentes e uma empresa cooperativa que geralmente se estabelece no nível posterior da cadeia de produção, tal como as cooperativas agropecuárias de produção/ comercialização (GALL; SCHRODER, 2006). Nesse sentido, os cooperados se mantêm independentes ao nível de sua fazenda, enquanto exercem decisão e controle coletivo sobre as atividades que envolvem a sociedade cooperativa. Contudo, os membros frequentemente confundem essa independência com o raciocínio individualista (EMERY, 2015) que pode ser um obstáculo para o crescimento econômico de cooperativas agropecuárias.

Os cooperados por sua vez exercem um duplo papel ao se associar na cooperativa: são usuários e donos da cooperativa. Como usuário é esperado que os cooperados utilizem os serviços que a cooperativa oferece em seu benefício e realizem as suas transações comerciais com a cooperativa; e como dono é esperado que os cooperados participem no processo de gestão democrática da cooperativa (BARRAUD et al., 2014). As organizações cooperativas representam um modelo de negócio no qual as decisões são tomadas coletivamente segundo a regra de “um membro, um voto” e os resultados obtidos são distribuídos de forma justa e igualitária, proporcionalmente à participação econômica de cada membro (OCB, 2017).

Além dos modelos tradicionais de cooperativas, novos modelos de cooperativas, também conhecidos como Cooperativas de Nova Geração (COOK; CHADDAD, 2004; CHADDAD, 2007) têm emergido. Segundo Bialoskorski Neto (1999), esses modelos alteram as relações contratuais, através de modificações nos direitos de propriedade, e tem o objetivo de estimular a participação econômica do cooperado com o estabelecimento de sanções e/ou recompensas. Segundo Pozzobon e Zylbersztajn (2013), tais modelos têm a finalidade de tornarem as cooperativas mais competitivas no mercado e proporcionarem uma maior agregação de valor ao produto, além de reduzir os custos decorrentes da gestão democrática. Contudo, tais modelos ainda não são muito frequentes no Brasil, predominando os modelos tradicionais de cooperativas agropecuárias, onde os direitos de decisão e controle são vagamente definidos e a decisão ainda é concentrada em um dos membros do conselho (COSTA; CHADDAD; AZEVEDO, 2012).

As empresas cooperativas são culturalmente diferentes das outras empresas, tendo como base certos princípios e valores que são compartilhados e livremente assumidos pelos

membros (BRUQUE et al., 2002). De forma geral, os princípios que regem as cooperativas atribuem a elas características distintas que as diferenciam dos demais tipos de organização (MENDES, 2010). Os princípios cooperativistas são diretrizes que colocam em prática os valores cooperativistas de ajuda mútua, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (ACI, 2018). A ACI tem como base 7 princípios que deveriam reger as sociedades cooperativas, são eles: 1. Adesão livre e voluntária; 2. Gestão democrática; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Inter cooperação; e 7. Interesse pela comunidade.

Além dos princípios cooperativistas, cada país desenvolve a sua própria legislação que regula as cooperativas. No Brasil, a Política Nacional do Cooperativismo – Lei 5.764/71 determina em seu artigo 21 que, por meio do estatuto, as cooperativas devem indicar os direitos e deveres dos cooperados. De acordo com Oliveira (2007) é importante que os direitos e deveres estejam bem definidos e que os cooperados os compreendam e exerçam para o bom funcionamento da organização cooperativa.

Segundo Oliveira (2007) os cooperados possuem um elenco de direitos e deveres. Entre os direitos estão: votar e ser votado; receber o retorno individual e usufruir do retorno social; examinar toda a vida da cooperativa; apresentar ideias e sugestões para melhorias na cooperativa; participar dos serviços (assistência técnica, social e educativa) da cooperativa; conhecer os estatutos que regem a organização; pedir esclarecimentos à direção e conselhos sobre assuntos da cooperativa; ajudar na elaboração dos planos de ação; participar nas assembleias; propor critérios para distribuição das sobras; demitir-se; sugerir modificações nos estatutos; propor fusões, incorporações, desmembramentos; destituir dirigentes; escolher delegados ou representantes setoriais, entre outros.

Assim como os cooperados têm direitos, também é de sua responsabilidade uma série de deveres os quais se destacam: votar e ser votado nas assembleias; respeitar as decisões da maioria; participar das atividades da organização; comercializar seus produtos ou serviços com a sua cooperativa; evitar o desvio de sua produção para empresas concorrentes; ser fiel à cooperativa; participar das reuniões; integralizar as cotas-partes; zelar para que a cooperativa não se desvie de suas dimensões; cumprir com o estatuto; participar de cursos, sessões de estudo e reuniões da cooperativa (OLIVEIRA, 2007).

O estatuto social das cooperativas é o documento formal que regula o funcionamento da cooperativa, suas relações externas e com seus cooperados. Ele é elaborado e aprovado em Assembleia Constituinte, dessa forma cada cooperativa institui os direitos e deveres dos cooperados conforme aprovado em Assembleia. Em geral os direitos e deveres abrangem as

normas de conduta resumidas e apresentadas no Quadro 1 e tem como base para elaboração de tais diretrizes o Guia Para Dirigentes de Cooperativas elaborado pelo SESCOOP.

Quadro 1 - Direitos e deveres dos cooperados

Diretos	Deveres
<ul style="list-style-type: none"> • Votar e ser votado; • Participar de todas as operações da cooperativa; • Receber retorno de sobras apuradas no fim do ano; • Ter acesso às informações da Cooperativa; • Solicitar exclusão da cooperativa; • Convocar a assembleia, caso seja necessário; • Pedir esclarecimento aos conselhos fiscal e de administração • Opinar e defender suas ideias • Propor ao conselho administrativo, ou à assembleia geral, medidas de interesse da cooperativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Operar com a cooperativa; • Participar das assembleias gerais; • Pagar as suas quotas-partes em dia; • Acatar e respeitar as decisões da maioria na assembleia geral; • Cumprir seus compromissos com a cooperativa; • Zelar pela imagem da cooperativa • Votar nas eleições da cooperativa.

Fonte: elaborado pela autora baseado em Oliveira (2007) e Mendes (2010).

Segundo Oliveira (2007), a gestão de uma cooperativa depende do apoio dos seus membros, principalmente no que tange ao cumprimento de suas responsabilidades, para que a cooperativa seja capaz de proporcionar bem-estar econômico e social ao cooperado. Sendo assim, os cooperados devem participar ativamente na cooperativa cumprindo com as suas responsabilidades para com esta, as quais em geral envolvem fazer uso dos serviços, participar das atividades da cooperativa e atuar na gestão da cooperativa.

Segundo Bordenave (1994), o indivíduo participa ativamente quando, além de fazer parte da organização, também toma parte nas suas diversas atividades. A participação ativa dos cooperados faz com que: o papel social da cooperativa tal como as expectativas dos membros, seja alcançado; a cooperativa tenha um alto nível de utilização técnico-produtiva e de comercialização de produtos e venda de insumos (MOYANO; PUIG; BRUQUE, 2008).

Segundo Verhees, Sergaki e Van Dijk (2015), a participação ativa numa cooperativa agropecuária é uma contribuição voluntária dos membros no que tange ao exercício das diversas funções que o cooperado pode desempenhar: dono/sócio, cliente ou fornecedor. Com relação ao papel de dono/sócio, os membros ativos participam de conselhos, nas assembleias e opinam sobre as ações da cooperativa. Em seu papel de cliente ou fornecedor, os membros ativos realizam as suas transações comerciais com a cooperativa.

Com base na definição de Bordenave (1994), compreende-se que participar de uma cooperativa implica em tomar parte das suas atividades. Dessa forma, nas cooperativas agropecuárias, dadas as suas características, os membros podem apresentar duas formas de

participação: social, ao participar nas atividades de gestão da cooperativa; e econômica, ao realizar as suas transações econômicas com a cooperativa.

De acordo com Bordenave (1994, p. 24), a participação social “compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade [...]”. Em especial, segundo Gijssels e Brussels (2014), a participação social em cooperativas é uma forma que os membros têm para controlar como a cooperativa está sendo gerenciada. De acordo com Mendes (2010), a participação social envolve a participação dos membros no processo de tomada de decisão da cooperativa. Outros estudos, no entanto, utilizam o termo “participação na governança” para fazer referência à participação social dos cooperados.

A participação social nas cooperativas é regida por um dos princípios básicos definidos pela ACI, o “controle democrático pelos sócios” e é a característica principal que diferencia as cooperativas dos outros tipos de sociedade (FULTON, 1999). Segundo Barraud, Henninger e El Akremi (2012, p. 4), “a participação de um membro na governança da cooperativa é conceitualmente semelhante a um comportamento de cidadania organizacional² de virtude cívica”. Assim a participação social pode ser definida como o envolvimento voluntário do associado nas atividades de controle da cooperativa e como o desejo do cooperado em se manter informado sobre o que acontece na cooperativa.

Como os cooperados são proprietários da cooperativa, a presença deles nos órgãos controladores, como as assembleias gerais, conselhos de administração ou comissões especiais, se faz necessária. Os membros ainda precisam eleger seus representantes (conselho de administração), decidir coletivamente sobre investimentos que a cooperativa deseja realizar, obedecendo ao princípio de “um membro, um voto” e monitorar e fiscalizar o quadro de diretores eleito (BHUYAN, 2007).

A participação social é normalmente caracterizada por algumas ações realizadas pelos cooperados, como: presença nas assembleias gerais, exercer o direito de voto nos assuntos das assembleias e nas eleições da cooperativa, se candidatar a membro dos conselhos, manter-se informado sobre o que está acontecendo na cooperativa e ainda frequentar cursos, palestras ou eventos sociais promovidos pela cooperativa (GRAY; KRAENZLE, 1998; BHUYAN, 2007;

² O comportamento de cidadania organizacional é definido por Organ, Podsakoff e MacKenzie (2006) como “comportamento discricionário do indivíduo, não reconhecido direta ou explicitamente pelo sistema de recompensas formais da organização e, em conjunto, promove o funcionamento eficiente e eficaz da organização”. Discricionário, pois não é aquilo que o indivíduo é contratado para realizar, ou não está descrito como uma das suas funções de trabalho. Contudo, ao realizar tal esforço ele contribui para o desenvolvimento da organização e pode receber recompensas por este esforço no longo prazo.

ÖSTERBERG; NILSSON, 2009; BARRAUD; HENNINGER; EL AKREMI, 2012; BARRAUD; HENNINGER; TRIBOULET, 2014).

As cooperativas são empresas criadas para atender aos interesses dos seus membros. Nesse contexto, para que este objetivo seja alcançado e a cooperativa obtenha sucesso é preciso que os membros exerçam controle sobre ela (ÖSTERBERG; NILSSON, 2009). Contudo, alguns estudos apontam para uma redução na participação social dos membros em cooperativas agropecuárias (HARTE, 1997; HOLMSTRÖM, 1999; SIEBERT; PARK, 2010; HELLBERG-BAHR et al., 2011; CHADDAD; ILIOPOULOS, 2013).

A ausência de participação dos membros na governança da cooperativa gera custos adicionais de comunicação para sanar o problema de agência³ (POZZOBON; ZYLBERSZTAJN; BIJMAN, 2012), o que, segundo Bialoskorski Neto (2007), pode prejudicar o desempenho da cooperativa. Do contrário, o excesso de participação pode gerar custos democráticos decorrentes da diversidade de interesses dos membros (CHADDAD; ILIOPOULOS, 2013) assim como gerar ineficiência e demora no processo de tomada de decisão coletiva (HENDRIKSE, 1998), em especial em cooperativas agropecuárias de grande porte.

Por outro lado, além da participação social, a participação econômica dos membros é considerada importante para a viabilidade das cooperativas agropecuárias (BISWAS, 2015). Isto porque, de acordo com Bijman e Verhees (2011), os membros economicamente comprometidos têm maior disposição para manter um relacionamento de longo prazo com a cooperativa, o que possibilita que a cooperativa também planeje realizar investimentos de longo prazo. Dessa forma, segundo Barraud, Henninger e Triboulet (2014), a participação econômica dos membros torna-se uma prioridade para as cooperativas agropecuárias.

Segundo Cechin et al. (2013), os cooperados possuem duas formas de participar economicamente na cooperativa: comercializando a sua produção pela cooperativa e comprando insumos através da cooperativa. O cooperado ainda participa economicamente da cooperativa ao utilizar outros serviços oferecidos por esta (BARRAUD; HENNINGER; TRIBOULET, 2014).

A participação econômica do membro, por sua vez, pode ser interpretada de diferentes formas de acordo com o negócio ou tipo da cooperativa. Segundo Nilsson et al. (2009), uma

³ O problema de agência decorre das relações entre o principal (no caso das cooperativas agropecuárias é representado pelo cooperado no papel de sócio) e o agente (representado pelo papel do gerente ou diretor, nomeado para tomar a maioria das decisões sobre a cooperativa). Tal problema surge quando ocorre conflito de interesses e há assimetria de informação nessa relação agente-principal (ARCAS et al., 2014).

cooperativa agropecuária é uma empresa de negócios e a função do membro nesta empresa é comprar insumos dela assim como vender a sua produção para ela. Dessa forma, a participação econômica do produtor pode ser conceituada como uma relação de mercado entre cliente e fornecedor.

Segundo Bijman e Verhees (2011), os cooperados assumem a posição de cliente em cooperativas agropecuárias de fornecimento, realizando a compra de insumos agrícolas da cooperativa (loja física) ou por meio da cooperativa (pool de compras). No entanto, quando se trata de uma cooperativa agropecuária de comercialização, o cooperado exerce a função de fornecedor e vende os seus produtos agrícolas (*commodities* em geral) para ou através da cooperativa (AGBO et al., 2015).

Entretanto, de acordo com Fulton e Giannakas (2007), um problema enfrentado pelas cooperativas agropecuárias é que, embora tenham sido formadas para benefício dos próprios produtores/cooperados, não se pode confiar no compromisso econômico deles com a organização cooperativa. Em estudos realizados por diversos autores, o número de cooperados leais à cooperativa é normalmente menor com relação àqueles desleais (WADSWORTH, 1991; COOK; BURRESS, 2009; SIMIONI et al., 2009; CECHIN et al., 2013). Em especial, Wadsworth (1991) identificou que menos de 30% dos cooperados são economicamente comprometidos com a cooperativa, enquanto que 55% dos cooperados mantêm baixo nível de investimento (i.e. relativo à entrega de produtos e compra de insumos) na cooperativa.

Segundo Fulton e Adamowicz (1993), o comprometimento do membro com a cooperativa é voluntário e é um exemplo clássico do problema do *free-rider*. Segundo os autores, apesar de não haver sanções ou penalidades imediatas para o comportamento oportunista, a cooperativa pode ter problemas financeiros ou deixar de existir caso seus membros não apresentem um nível ideal de participação econômica.

Normalmente a participação social dos membros nas cooperativas agropecuárias também não é controlada, no sentido de não existirem punições ou incentivos para aqueles membros que participam (ou não) na governança da cooperativa (BARRAUD; HENNINGER; EL AKREMI, 2012). Assim sendo, questões importantes a serem respondidas são aquelas que buscam entender os fatores que podem levar os membros a participarem tanto socialmente quanto economicamente na cooperativa para que os gestores possam buscar formas de incentivar os membros (ou não) a participar na organização.

Segundo Oliveira (2007), existe uma preocupação em estudar participação em cooperativas agropecuárias por acreditar ser um aspecto importante para a sustentabilidade da organização cooperativa. Dessa forma é importante que os gestores acompanhem o nível de

participação dos membros na cooperativa para que mecanismos de incentivos possam ser criados, quando necessários, a fim de manter um ponto de equilíbrio de participação que possa garantir a sustentabilidade da cooperativa no longo prazo e a sua eficiência econômica e competitividade no mercado; e também a fim de mitigar os custos democráticos e de agência decorrentes do excesso ou ausência da participação social.

Segundo Gray (2011), existe uma série de aspectos que podem ajudar a compreender e explicar a forma como os membros participam na cooperativa. Diante disso, estudos visando investigar os fatores que influenciam a participação dos membros em cooperativas agropecuárias foram desenvolvidos por diversos autores.

2.1 Fatores que influenciam a participação dos membros

Questões sobre quais fatores podem influenciar a participação dos membros em cooperativas agropecuárias foram levantadas em diversos estudos. Tais estudos, em geral, encontraram que algumas características sócio demográficas, incluindo características da fazenda dos cooperados, podem estar de alguma maneira relacionada com a participação dos membros na cooperativa.

Verificou-se entre esses estudos que a idade do agricultor é uma característica sócio demográfica que pode ou não influenciar na participação social e econômica do cooperado. Com relação a esta, membros mais velhos são aqueles mais propensos a participar de reuniões e assembleias (MENDES, 2010; XIANG; SUMELIUS, 2010; FENG; FRIIS; NILSSON, 2016). Segundo Hakelius (1999), os agricultores mais velhos defendem com mais força a ideologia cooperativa, isto é, são mais conservadores e conseqüentemente, exercem influência social maior na cooperativa, enquanto que os agricultores mais novos estão mais interessados nos benefícios econômicos que a cooperativa é capaz de proporcionar. Contudo, segundo Burt e Wirth (1990), Wadsworth (1991), Bhuyan (2007), Barraud e Henninger (2009) e Österberg e Nilsson (2009) não há relação alguma entre a idade do produtor e o seu comprometimento econômico com a cooperativa. Da mesma forma, de acordo com Gray e Kraenzle (1998) a idade do produtor não tem relação com a sua participação na governança da cooperativa.

O nível de escolaridade dos produtores é outra característica do cooperado que pode afetar a sua participação na governança da cooperativa (CECHIN et al., 2013; MENDES, 2010). Segundo Cechin et al. (2013) os membros com um nível maior de educação possuem melhores informações sobre o ambiente em que a cooperativa opera e, por conta disso,

participam mais ativamente nas assembleias gerais ou se candidatando ao conselho. De acordo com Xiang e Sumelius (2010) um maior grau de educação está relacionado com maior participação dos membros nas assembleias para exercer seu direito de voto.

Contudo, de acordo com Trechter et al. (2002) essa relação educação-participação na governança ocorre de maneira inversa, ou seja, à medida que o nível de educação do membro aumenta a sua participação social reduz. Também o comprometimento econômico apresenta essa mesma relação inversa com o nível de educação do cooperado (TRECHTER et al., 2002). Segundo Barraud e Henninger (2009) os cooperados que estão mais comprometidos economicamente com a cooperativa são aqueles com menor nível de escolaridade.

A dispersão geográfica dos membros ou presença territorial da cooperativa também afeta a participação dos membros (JAMES; SYKUTA, 2006; BAREILLE et al., 2016) devido à influência da localização nas interações sociais que ocorrem entre os membros e entre os membros e a gestão (HANSEN et al., 2002). De acordo com Pozzobon e Zylbersztajn (2011) quanto maior a distância da propriedade do membro até a sede da cooperativa, menor será a sua participação na governança. Da mesma forma, segundo James e Sykuta (2006) e Bareille et al. (2016) é mais provável um membro ser mais envolvido economicamente com a cooperativa quando a distância entre a sede da cooperativa e a fazenda do cooperado são menores.

Alguns autores encontraram que o tempo de associação do membro na cooperativa também está relacionado com a participação do cooperado. Os cooperados com maior tempo de associação demonstram uma tendência a serem aqueles que mais participam na governança da cooperativa (MENDES, 2010; CECHIN et al., 2013). Da mesma forma, quanto maior o tempo de atuação do cooperado como membro na cooperativa, maior é o seu comprometimento econômico com a mesma (BHUYAN, 2007; BAREILLE et al., 2016).

O fato de o membro já ter feito parte de algum conselho também pode influenciar a sua participação na cooperativa. Segundo Borgen (2001) e Österberg e Nilsson (2009), o membro que atuou no conselho de administração ou em outros conselhos tende a ser mais comprometido economicamente com a cooperativa. Ainda de acordo com Trechter et al. (2002), esses membros também tendem a ser mais envolvidos na governança da cooperativa.

O tamanho da propriedade do agricultor tem sido apontado em alguns estudos como um aspecto que interfere na participação do membro na governança da cooperativa. Por exemplo, segundo Cechin et al. (2013), maiores propriedades exigem e têm a capacidade de maior contratação de mão-de-obra, assim esses membros têm mais tempo para assumir um cargo no conselho da cooperativa. Da mesma forma, Reynolds (2004) também afirma que os

cooperados com fazenda maiores são mais propensos a assumir posições no conselho de administração. De acordo com Gray e Kraenzle (1998) membros com propriedade maiores são mais propensos a participar mais socialmente na cooperativa, e vice-versa. Contudo, Xiang e Sumelius (2010) afirmam que produtores com áreas maiores tendem a ser mais ausentes da governança, principalmente nas assembleias.

Com relação à participação econômica, de acordo com Wadsworth (1991) e Bhuyan (2007), cooperados que possuem fazendas maiores tendem a transacionar mais economicamente com a cooperativa. Contudo, segundo Barraud e Henninger (2009), Ollila et al. (2012) e Bareille et al. (2016) o tamanho da fazenda está inversamente relacionado com o comprometimento econômico do membro com a cooperativa. Dessa forma, os cooperados que possuem propriedades maiores tendem a ser menos comprometidos economicamente com a cooperativa (BARRAUD; HENNINGER, 2009). Por outro lado, Burt e Wirth (1990) chegaram à conclusão de que o tamanho da fazenda não está estatisticamente relacionado com esta participação econômica do membro na cooperativa.

Segundo Barraud e Henninger (2009), a participação dos membros na cooperativa pode ser influenciada pelas características demográficas dos produtores e da sua fazenda assim como por fatores psicológicos nos quais os gestores são capazes de atuar, tal como a confiança e satisfação do membro.

A confiança é uma característica que apresenta vários aspectos positivos na manutenção e aprofundamento do relacionamento dos membros com a cooperativa (BISWAS, 2015). Segundo Verhees, Sergaki e Van Dijk (2015), a confiança do cooperado apresenta benefícios para a cooperativa que estão relacionados com o comprometimento e lealdade dos membros. A confiança aplicada no contexto de cooperativas agropecuárias, por sua vez, é a crença dos membros de que a cooperativa irá tomar decisões e adotar comportamentos que lhes permitam alcançar seus objetivos (ARCAS et al., 2014).

Alguns trabalhos demonstraram que a confiança está relacionada com o comprometimento econômico do membro (JAMES; SYKUTA, 2006; SIMIONI et al., 2009; BIJMAN; VERHEES, 2011; FALKOWSKI et al., 2017). A confiança é uma atitude que apresenta maior grau de importância para determinar o comprometimento econômico (lealdade) do cooperado (SIMIONI et al., 2009). Segundo Bijman e Verhees (2011) a confiança é um fator social que afeta positivamente o comprometimento econômico do membro em sua cooperativa. De acordo com Falkowski et al. (2017) a falta de confiança entre os membros da cooperativa acarreta na redução de comprometimento econômico do membro.

Dessa forma o contrário também seria verdadeiro, isto é, a confiança entre os membros aperfeiçoa o comprometimento econômico com a cooperativa.

Alguns outros trabalhos (NILSSON et al., 2009; XIANG; SUMELIUS, 2010; BARRAUD; HENNINGER; EL AKREMI, 2012) identificaram que a confiança tem uma relação positiva com a participação dos membros na governança da cooperativa. De acordo com Xiang e Sumelius (2010), um maior nível de confiança na gestão da cooperativa e nos demais membros leva a uma maior participação dos membros nas reuniões e nas assembleias. No entanto, segundo Pies (2016), por confiar nos membros da gestão, o cooperado pode perceber que não há necessidade de se envolver na governança da cooperativa, especialmente para exercer o controle sobre a gestão. Segundo Verhees, Sergaki e Van Dijk (2015), a confiança pode também não demonstrar efeito direto sobre a participação social do cooperado.

Observa-se entre os estudos que a satisfação é outra característica psicológica que pode afetar a participação dos cooperados na cooperativa. Segundo Arcas et al. (2014), a satisfação do cooperado está relacionada com a percepção de que a cooperativa está agindo em prol dos interesses dos membros e envolve a avaliação (positiva ou negativa) de todos os possíveis relacionamentos do membro com a cooperativa (HERNANDEZ; ARCAS; TANTIUS, 2009). Portanto, ela é causada pela avaliação dos resultados obtidos por ser membro da cooperativa.

De acordo com Nilsson et al. (2009) a satisfação do membro pode estar relacionada com a organização ou com o negócio. A satisfação com a organização abrange aspectos organizacionais como a avaliação da comunicação e qualidade das informações que os membros recebem da cooperativa seja em treinamentos, cursos ou capacitações. A satisfação com o negócio abrange a satisfação com os benefícios econômicos (preço) e técnicos (serviços prestados pela cooperativa).

Segundo Fulton e Adamowicz (1993), a satisfação do membro é um fator que interfere no seu comprometimento econômico com a cooperativa. De acordo com Österberg e Nilsson (2009) a satisfação dos membros possui uma relação positiva com o seu comprometimento econômico na cooperativa. Da mesma forma, Bhuyan (2007) constatou que os cooperados insatisfeitos com a gestão da cooperativa também são aqueles com maiores chances de ser desleais e mais propensos a deixar de operar com a cooperativa (sair da cooperativa). Contudo, segundo Burt e Wirth (1990), apesar de satisfeitos, os cooperados podem não apresentar disposição para participar economicamente na cooperativa. Dessa forma, a

satisfação pode ter influência direta ou não demonstrar influencia alguma na participação econômica dos cooperados.

Com base na literatura existente, a satisfação do membro pode ou não ter alguma influência sobre a sua participação social na cooperativa. De acordo com Mendes (2010) os cooperados mais satisfeitos com a gestão e serviços oferecidos pela cooperativa são também aqueles que mais participam na governança desta. Contudo, segundo Bhuyan (2007) a satisfação do membro não tem relação com a sua participação na governança da cooperativa.

Em sua maioria, os trabalhos que estudaram os fatores que podem ter alguma relação com a participação dos membros na cooperativa não utilizaram um modelo teórico específico para explicar essas relações. Exceção são alguns estudos que utilizaram um esboço da Teoria do Comportamento Planejado como guia para analisar se as atitudes dos cooperados influenciam a participação dos membros na cooperativa, entre eles encontram-se os trabalhos de Bhuyan (2007), Österberg e Nilsson (2009), Nilsson et al. (2009), Xiang e Sumelius (2010), Barraud, Henninger e Triboulet (2014) e Hakelius e Hansson (2016).

A Teoria do Comportamento Planejado (TCP), proposta em 1985 pelo psicólogo social Icek Ajzen, é utilizada para prever e explicar o comportamento humano em contextos específicos. A aplicação da TCP a uma área específica de interesse fornece diversas informações úteis na tentativa de entender os comportamentos ou para aplicar intervenções eficazes para alterá-los (AJZEN, 1991).

Segundo Ajzen (1991), a TCP realiza tentativas para prever o comportamento por meio da combinação entre as intenções e a percepção do controle comportamental. De forma geral, os comportamentos podem ser previstos, com alta precisão, a partir das intenções (DAKURAH et al., 2005). A TCP define três antecedentes da intenção de se realizar uma ação/comportamento: o primeiro deles é a atitude; o segundo antecedente é a norma social subjetiva que se caracteriza pela pressão social por realizar ou não o comportamento; e o terceiro antecedente é o controle comportamental percebido, que é referente à facilidade ou dificuldade percebida pelo indivíduo de realizar o comportamento com base nas suas experiências passadas, impedimentos e obstáculos previstos. Segundo Bhuyan (2007), a atitude é o principal antecedente capaz de determinar a intenção do indivíduo em realizar determinada ação/ comportamento.

Este trabalho pretende utilizar a estrutura da TCP como guia para a análise dos fatores que podem estar relacionados com a participação dos membros na cooperativa agropecuária que são associados. Apesar de outros dois conceitos (norma subjetiva e controle comportamental percebido) fazerem parte da teoria e terem relevância para predição do

comportamento, este trabalho pretende analisar somente a influência da atitude dos membros sobre o seu comportamento.

Este estudo utiliza da abordagem da TCP para postular que a atitude é um fator determinante do comportamento de participação dos cooperados. Segundo Bhuyan (2007, p. 279), “a atitude dos membros da cooperativa em relação a ela é baseada nos conhecimentos, crenças e percepções sobre a cooperativa e o grau de importância a ela atribuído”. Nesse sentido, a atitude dos membros pode ser definida como uma avaliação do membro sobre a cooperativa, a qual pode ter forte influência no seu comportamento (PETER; OLSON, 2010).

Contudo, em muitas das vezes, as atitudes não são bons indicadores dos comportamentos específicos. Segundo Ajzen e Fishbein (2004) o efeito da atitude no comportamento do indivíduo pode variar de acordo com o comportamento e da população analisada. Assim, em alguns casos, tal construto [a atitude] poderá ter (ou não) efeito significativo sobre o comportamento do indivíduo (AJZEN; FISHBEIN, 2004).

Entre os estudos que utilizaram o conceito de atitude no contexto de cooperativas agropecuárias, Xiang e Sumelius (2010) mediram a atitude como sendo uma avaliação dos cooperados sobre a cooperativa em diversos aspectos (aumento de renda, competitividade, solidariedade, nível de heterogeneidade entre os membros, etc). Para Bhuyan (2007), a atitude é uma avaliação que os membros têm da cooperativa traduzida em satisfação com os aspectos sociais (satisfação com a gestão e seu poder de voz) e institucionais (comunicação e com a cooperativa em geral). Já Österberg e Nilsson (2009) e Nilsson et al. (2009) consideram também a confiança como medida de atitude, além da satisfação dos membros. Barraud, Henninger e Triboulet (2014) e Hakelius e Hansson (2016) utilizam, além da confiança, o conceito de envolvimento organizacional (na governança da cooperativa) como medidas de atitude dos membros de cooperativas agropecuárias. Nesse sentido, a satisfação e a confiança dos cooperados podem ser representadas pelo construto de atitude.

De acordo com Xiang e Sumelius (2010) e Barraud, Henninger e Triboulet (2014), os gestores devem estar atentos às atitudes dos membros, pois tratam de variáveis sob as quais os gestores podem ter alguma influência através dos mecanismos de governança, ao contrário das características individuais dos membros que são características sob as quais os gestores, normalmente, não podem exercer controle.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é a estratégia utilizada, associando métodos a resultados a fim de se chegar a um objetivo (CRESWELL, 2007). A natureza dessa pesquisa é qualitativa com uso de procedimentos quantitativos para análise dos dados. A abordagem qualitativa tem um caráter descritivo e de maior profundidade sobre o objeto estudado. A abordagem quantitativa é utilizada para verificar as relações causais entre as variáveis da pesquisa. No que se refere à estratégia da pesquisa, ela é exploratório-descritiva. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), tem a finalidade de aproximar o pesquisador do problema, buscando torná-lo mais explícito. A pesquisa descritiva, por sua vez, busca descrever uma situação, realidade ou fenômeno ou então estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

A pesquisa foi realizada por meio do método de estudo de caso único, caracterizado pela pesquisa aprofundada de um único objeto de estudo, buscando o seu conhecimento detalhado (YIN, 2001). Segundo Gil (2008) o estudo de caso único permite a explicação de variáveis que causam determinado fenômeno, que neste trabalho é a participação dos membros na cooperativa agropecuária. Embora apresente algumas limitações para generalizações, o método permite identificar aspectos intrínsecos do objeto estudado (VENTURA, 2007).

Para que o método de estudo de caso tenha rigor científico e seja confiável, o pesquisador deve elaborar um projeto de pesquisa. Segundo Yin (2001), um projeto de pesquisa constitui a lógica do estudo de caso, a qual liga os dados coletados às questões de pesquisa iniciais. Segundo Yin (2001), o projeto de pesquisa de um estudo de caso deve conter: as questões do estudo; as proposições; a unidade de análise; a lógica que une os dados às proposições; e os critérios para a interpretação das descobertas, isto é, o que deve ser feito após a coleta dos dados.

Segundo Yin (2001) as questões do tipo “Como” e “Por que” são mais apropriadas para a estratégia de estudo de caso. Assim, para atingir o objetivo geral desta pesquisa: *Analisar a influência das características individuais dos cooperados na sua participação em uma cooperativa agropecuária de Mato Grosso do Sul*, a seguinte questão de pesquisa foi formulada para servir de guia para a realização deste estudo: *Como as características individuais do cooperado influenciam o seu perfil de participação na cooperativa agropecuária?*

Segundo Yin (2001), as proposições do estudo são voltadas para examinar questões específicas dentro do escopo do estudo, isto é, para aquilo que se busca estudar dentro de

certo contexto. Dessa forma, as proposições do estudo revelam aquilo que o pesquisador está realmente interessado em responder. Assim, esse estudo tem as seguintes proposições:

- A participação é influenciada pelo grau de satisfação do cooperado com a cooperativa;
- A participação é influenciada pelo grau de confiança do cooperado com a cooperativa;
- A participação é influenciada pelas características sócio demográficas do cooperado;

Para que os objetivos delimitados no começo desse trabalho e as proposições da pesquisa sejam respondidos, é necessário realizar o delineamento das variáveis do estudo. Assim, o próximo tópico apresenta as variáveis delineadas para este estudo.

3.1 Delineamento das variáveis

As variáveis desse estudo foram delimitadas buscando responder aos objetivos propostos. Dessa forma, para atender ao **Objetivo Específico 1** - “Caracterizar o perfil de participação dos cooperados”, foram definidas variáveis para caracterização da participação social e da participação econômica dos cooperados.

As variáveis de participação social foram definidas com base, principalmente, no trabalho de Barraud, Henninger e El Akremi (2012) e Barraud, Henninger e Triboulet (2014). Segundo Barraud et al. (2012) a participação social abrange o envolvimento voluntário do associado nas atividades de controle da cooperativa e o desejo do cooperado em se manter informado sobre o que acontece na cooperativa. Tais variáveis também estão fundamentadas nos direitos e deveres dos cooperados apresentados por Oliveira (2007) e resumidas no Quadro 1 do capítulo 2.

As variáveis de participação econômica, por sua vez, foram construídas com base no trabalho de Barraud e Henninger (2009) e Mendes (2010). Segundo Barraud e Henninger (2009), dois itens medem a participação econômica ou fidelidade do membro na cooperativa: a quantidade de insumos comprados da cooperativa e a quantidade da produção vendida à cooperativa. Segundo Mendes (2010), a participação econômica também está relacionada com os deveres dos cooperados para com a organização cooperativa, apresentados por Oliveira (2007) e resumidos no Quadro 1 do Capítulo 2.

No caso dessa pesquisa, foram considerados como participação econômica a entrega de produtos na cooperativa e a compra de insumos da cooperativa. O serviço de armazenagem é oferecido na cooperativa em estudo e dificilmente está desatrelada da comercialização da produção agrícola, sendo que alguns cooperados podem comercializar a sua produção pela

cooperativa ou escolher outro meio de comercialização. Nesse contexto, a variável entrega de produtos abrange dois serviços prestados pela cooperativa: a armazenagem e a comercialização da produção dos cooperados.

O Quadro 2 apresenta a síntese do delineamento das variáveis de participação.

Quadro 2 - Variáveis de participação dos cooperados

Dimensão	Categoria	Variáveis	Fonte
Participação	Social	Presença nas Assembleias Gerais	Bhuyan (2007); Oliveira (2007); Mendes (2010); Barraud et al. (2012, 2014); Cechin et al. (2013); Arcas et al. (2014)
		Presença em reuniões e eventos informais da cooperativa	Oliveira (2007); Barraud et al. (2012, 2014)
		Interesse por informações sobre as ações da cooperativa	Oliveira (2007)
		Contribuição com sugestões para a cooperativa	Oliveira (2007); Barraud et al. (2012)
	Econômica	Priorização da entrega de produtos à cooperativa	Oliveira (2007); Barraud e Henninger (2009); Mendes (2010)
		Priorização da compra de insumos da cooperativa	

Fonte: elaborado pela autora.

Para atender ao **Objetivo Específico 2** - “Identificar as características individuais dos cooperados considerando elementos sócio demográficos e suas atitudes de satisfação e confiança para com a cooperativa”, foram delineadas variáveis com base em diversos estudos realizados que tiveram a finalidade de identificar a influência destas características na participação do membro na cooperativa.

Foram selecionadas algumas características sócio demográficas, considerando somente aquelas que já foram alvo de estudos sobre participação em cooperativas agropecuárias, conforme apresentado no capítulo 2, a saber: escolaridade, tamanho da propriedade, distância propriedade-cooperativa, tempo de associação e membro do conselho.

Para delineamento da satisfação dos cooperados, foi considerada a satisfação com os aspectos econômico, social e técnico-produtivo, associados aos diversos serviços e benefícios oferecidos pela cooperativa. A relação de confiança do cooperado foi estabelecida em relação à gestão e aos demais cooperados da cooperativa. As variáveis de satisfação e confiança foram delineadas especialmente com base nos trabalhos de Hansen et al. (2002), Barraud e Henninger (2009), Hernandez, Arcas e Tantius (2009), Mendes (2010) e Xiang e Sumelius (2010) que tratam especificamente sobre satisfação e confiança em cooperativas

agropecuárias. Nesse estudo a satisfação dos cooperados foi medida em termos de benefícios adquiridos por fazer parte da cooperativa.

O quadro 3 apresenta a síntese do delineamento das variáveis de características individuais dos cooperados.

Quadro 3 – Variáveis das características dos cooperados

Dimensão	Categoria	Variáveis	Fonte
Características individuais dos cooperados	Sócio demográficas	Idade	Xiang e Sumelius (2010)
		Escolaridade	
		Distância propriedade-cooperativa	James e Sykuta (2006); Bareille et al. (2016)
		Tempo de associação	Oliveira (2007); Xiang e Sumelius (2010)
		Membro do conselho	Österberg e Nilsson (2009)
		Tamanho da fazenda	Gray e Kraenzle (1998); James e Sykuta (2006)
	Confiança	Nos demais cooperados	Hansen et al. (2002); Barraud e Henninger (2009); Xiang e Sumelius (2010)
		Nos membros da gestão	
	Satisfação	Com os benefícios econômicos	Hansen et al. (2002); Hernandez, Arcas e Tantius (2009); Mendes (2010)
		Com os benefícios sociais	
		Com os benefícios técnicos	

Fonte: elaborado pela autora.

Para atender ao **Objetivo Específico 3** – “Verificar quais características individuais dos cooperados têm relação com a sua participação na cooperativa”, foram utilizadas as mesmas variáveis dos **Objetivos Específicos 1 e 2**. Entretanto, para prosseguir com a análise dos dados as variáveis foram codificadas conforme apresenta o Quadro 4.

Quadro 4 - Codificação das variáveis para análise dos dados

Dimensão	Categoria	Variáveis	Código
Participação	Social	Presença nas Assembleias	ps1
		Presença em reuniões e eventos informais	ps2
		Frequência da busca por informações sobre as ações da cooperativa	ps3
		Contribuição com ideias e sugestões para a cooperativa	ps4
	Econômica	Priorização da entrega de produtos	pe1
		Priorização da compra de insumos	pe2
Características individuais dos cooperados	Sócio demográficas	Idade	ida
		Escolaridade	esc
		Distância propriedade-cooperativa	Dist
		Tempo de associação	Tempo
		Membro do conselho	Mcon
		Tamanho da fazenda	Tam

	Confiança	Nos demais cooperados	c1
		Nos membros da gestão	c2
	Satisfação	Com os benefícios econômicos	s1
		Com os benefícios sociais	s2
		Com os benefícios técnicos	s3

Fonte: elaborado pela autora.

3.2 Unidade de análise: a cooperativa agropecuária

Esta pesquisa utiliza o método do estudo de caso único que, segundo Yin (2001), pode ser usado como etapa exploratória na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudo piloto para orientar o design de estudos de casos múltiplos, visto que esta pesquisa apresenta diversas limitações.

Para a realização deste estudo foi selecionada uma cooperativa agropecuária do Estado de Mato Grosso do Sul, a qual será tratada neste estudo apenas como “cooperativa”. Os dados relativos à cooperativa foram obtidos por meio de entrevista aberta com o diretor-presidente e documentos secundários como atas das assembleias, estatutos e ato constitutivo da cooperativa em estudo.

A cooperativa agropecuária, constituída a mais de 20 anos, está localizada na região sul do Estado, na cidade de Dourados, e atua no ramo de grãos realizando atividades de armazenagem e comercialização de grãos (soja e milho). A cooperativa também possui uma loja de insumos agropecuários voltada para atender aos interesses dos seus membros. Durante entrevista com o diretor-presidente da cooperativa em agosto de 2018, constatou-se que a cooperativa possuía 142 associados, entre ativos e inativos⁴ localizados em um raio de 50 km da sua sede administrativa.

3.3 Coleta de dados

A técnica de levantamento foi o instrumento de coleta de dados utilizado para todos os objetivos da pesquisa. A técnica do levantamento (ou *survey*) permite que sejam feitas alegações sobre o comportamento de uma população através de uma amostra desta (CRESWELL, 2007). Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado em

⁴ Segundo o diretor-presidente, os cooperados inativos são aqueles que permanecem na lista de associados, mas não participam social ou economicamente na cooperativa.

uma amostra de 32 produtores os quais representam 22% do universo total dos cooperados da cooperativa.

O método de coleta de dados se constitui de um questionário estruturado contendo frases afirmativas avaliados pela escala *Likert* de 5 pontos para mensurar a participação, satisfação e confiança dos membros; e questões fechadas e sobre fatos⁵ que buscam adquirir as características sócio demográficas e produtivas dos cooperados. O questionário completo está disponível no Anexo A.

A primeira parte do questionário diz respeito às características sócio demográficas dos cooperados e abrange variáveis demográficas como: a idade, grau de escolaridade, tamanho da fazenda e distância da fazenda até a sede da cooperativa; e outras variáveis referentes à relação do cooperado com a cooperativa, como: tempo de associação e sua atuação como membro do conselho.

As demais partes do questionário foram compostas por afirmações no modo qualitativo, categórico ordinal para se medir a concordância dos cooperados em relação às variáveis de satisfação, confiança e participação. Para essas variáveis foi utilizada escala *Likert* de cinco pontos. Originalmente proposto por Rensis Likert em 1932 o modelo *Likert* conta com cinco pontos rotulados que variam de 1 “Discordo Totalmente”, ou seja, o entrevistado não percebe aquele comportamento ou atitude como verdadeira, até 5 “Concordo Totalmente”, configurando a maior intensidade possível de concordância com determinado comportamento ou atitude. O ponto “neutro” utilizado na escala refere-se à falta de opinião ou experiência do respondente com relação ao aspecto que se deseja avaliar.

Segundo Larentis, Giacomello e Camargo (2012), a escala *Likert* é uma escala psicológica capaz de medir a atitude, a percepção e a opinião do respondente além de permitir capturar o grau de concordância ou discordância, tal como o nível de satisfação do respondente com relação à determinada afirmativa ou objeto. Optou-se pelo uso da escala *Likert*, pois se acredita que ela permite mensurar aspectos relacionados ao comportamento.

O Quadro 5 apresenta as frases afirmativas construídas com base nas variáveis delimitadas no tópico anterior.

⁵ Nas questões fechadas os cooperados escolhem uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista; as questões sobre fatos referem-se a dados concretos, fáceis de precisar como idade, escolaridade, estado civil, etc (GIL, 2008).

Quadro 5 – Variáveis e suas frases afirmativas

Dimensão	Categoria	Variáveis	Frases afirmativas
Participação	Social	Presença nas Assembleias	Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto.
		Presença em reuniões e eventos informais	Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa.
		Frequência da busca por informações sobre as ações da cooperativa	Eu estou sempre buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa.
		Contribuição com ideias e sugestões para a cooperativa	Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto a gestão da cooperativa.
	Econômica	Priorização da entrega de produtos	Eu sempre priorizo a entrega de produtos a cooperativa.
		Priorização da compra de insumos	Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa.
Características individuais dos cooperados	Confiança	Nos demais cooperados	Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos demais cooperados.
		Nos membros da gestão	Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos membros da gestão
	Satisfação	Com os benefícios econômicos	Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios econômico-financeiros (menor custo, maior receita, etc) adquiridos por ser cooperado.
		Com os benefícios sociais	Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios sociais (educação, capacitação, relações sociais, etc) adquiridos por ser cooperado.
		Com os benefícios técnicos	Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios técnicos (assistência técnica, acesso a nova tecnologia, etc) adquiridos por ser cooperado.

Fonte: elaborado pela autora.

O tamanho da amostra foi definido a partir do conceito de Hair Jr. et al. (2009) que considera que para uma análise robusta é preciso ter no mínimo 5 respondentes por variável observada; como são 5 variáveis observadas para medir os construtos de atitude – 1º modelo de análise fatorial confirmatória, então a amostra mínima é de 25 respondentes; para o 2º modelo de análise fatorial confirmatória, foram utilizadas 6 variáveis observadas para medir os construtos de participação, então a amostra mínima seria de 30 respondentes. Logo, o tamanho da amostra é suficiente para que ambos os modelos de análise sejam realizados.

Os participantes foram selecionados de forma que pudessem representar o universo de cooperados da cooperativa estudada. Contudo, devido à dificuldade de acesso aos cooperados e a certa resistência apresentada pela gestão da cooperativa, adotou-se uma estratégia para otimizar a coleta de dados por meio da aplicação dos questionários em evento mensal coletivo, o qual tende a contar com a presença daqueles cooperados mais frequentes na cooperativa. Outros questionários foram aplicados aproveitando-se das visitas técnicas às propriedades dos cooperados.

De fato, a coleta de dados ocorreu em três momentos: em um primeiro momento foram aplicados 16 questionários durante um encontro mensal promovido pela cooperativa em todas as primeiras terças-feiras do mês, também conhecida como os encontros do “café-da-manhã”; num segundo momento foram aplicados 7 questionários ao se realizar visita às propriedades rurais com o acompanhamento do gestor da área técnica da cooperativa durante o mês de dezembro de 2017; e por fim foram aplicados 9 questionários diretamente pelo gestor da área técnica, durante o mês de dezembro de 2018, durante visita as propriedades de outros cooperados que, segundo o gestor, poderiam ser considerados aqueles com menor atuação na cooperativa.

3.4 Análise dos dados

Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados e sistematizados no software Excel versão 2013. Para atingir aos **Objetivos Específicos 1 e 2**, utilizou-se a técnica de análise de estatística descritiva. Por se tratar de um trabalho exploratório, a estatística descritiva foi utilizada para caracterizar a participação dos cooperados e identificar as características pessoais dos cooperados e suas atitudes. As técnicas descritivas utilizadas foram: média, distribuição de frequências e análise gráfica.

Para atingir ao **Objetivo Específico 3**, a análise dos dados foi realizada quantitativamente por meio da técnica estatística multivariada de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) e utilizando o software STATA, versão 15; e qualitativamente por meio da estatística descritiva de tabulação cruzada simples, utilizando o software Excel 2013.

A MEE tem sido amplamente utilizada no campo das ciências sociais por ser a única técnica multivariada que permite a estimação simultânea de múltiplas equações. A MEE é uma técnica de modelagem estatística multivariada que parte de uma teoria previamente definida e combina a análise fatorial com a regressão⁶, ou as amplia para a análise de trajetórias ou caminhos⁷ (NEVES, 2018). A MEE procura explicar as relações entre múltiplas variáveis (HAIR JR. et al., 2009).

A MEE estima um conjunto de equações de regressão múltipla separados, mas interdependentes pela especificação do modelo estrutural. A técnica MEE é utilizada pois,

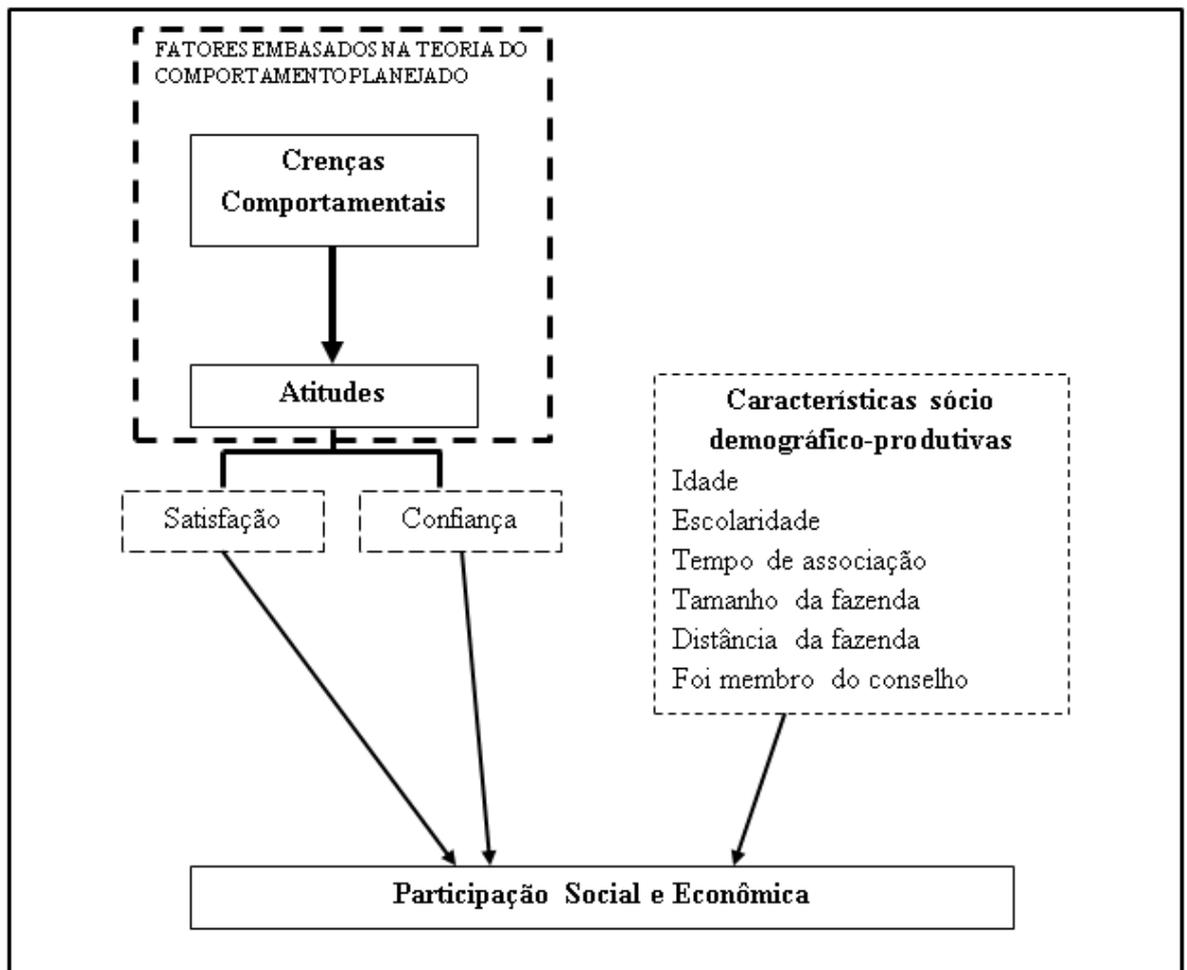
⁶ A análise de regressão é uma técnica de análise estatística multivariada determinística, na qual se busca observar os efeitos de uma ou mais variáveis independentes sobre uma variável dependente.

⁷ A análise de trajetórias ou de caminhos é uma extensão da análise de regressão linear de mínimos quadrados. Essa extensão permite a decomposição de efeitos estatísticos entre: efeito direto e efeitos indiretos.

possibilita que: 1) uma série de equações de regressão múltipla interdependentes sejam estimadas de modo simultâneo pela especificação do modelo estrutural; e 2) sejam consideradas variáveis observadas com erro de medição e variáveis não observadas, ou variáveis latentes.

A MEE exige que uma teoria a respeito das relações entre as variáveis que se deseja estimar seja definida previamente para explicar quais são as variáveis dependentes e independentes do modelo (HAIR JR. et al., 2009). Nesse sentido, o modelo teórico proposto neste estudo está representado na Figura 1.

Figura 1 - Modelo proposto no estudo



Fonte: elaborado pela autora.

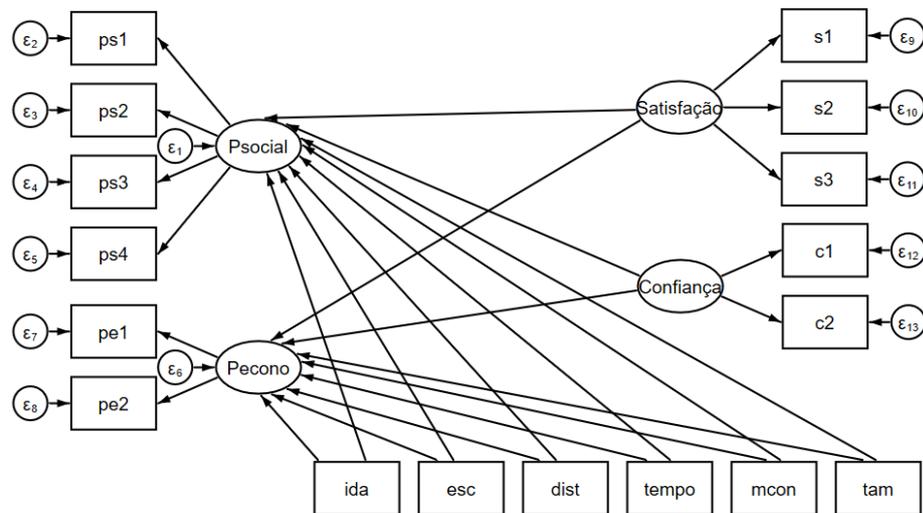
Na MEE é feita a diferenciação entre as variáveis por meio das terminologias variáveis endógenas (dependentes) ou exógenas (independentes). Tal nomenclatura é utilizada, pois, diferentemente de outras análises estatísticas, essa análise geralmente prevê as relações entre construtos latentes, variáveis não observadas (HAIR JR. et al., 2009).

É comum apresentar um modelo estrutural, através de um diagrama de caminho (*path diagram*), pois permite uma visualização mais clara das relações que se pretende encontrar (HAIR JR. et al., 2009). O diagrama de caminho é representado por um conjunto de figuras geométricas e setas que evidenciam o tipo de variável e as relações entre elas, respectivamente (SILVA, 2018).

Nos diagramas os quadrados representam as variáveis observadas e os círculos representam as variáveis latentes. As setas unidirecionais representam a causalidade ou dependência de uma variável sobre a outra. Na análise fatorial confirmatória as relações de dependência ocorrem de construtos para as variáveis observadas e no modelo estrutural, do construto exógeno para o endógeno. Os arcos bidirecionais representam a correlação entre duas variáveis (HAIR JR. et al., 2009).

O diagrama de caminho do modelo a ser estimado pela MEE com a utilização do software STATA 15 é representado pela Figura 2.

Figura 2 – Diagrama de Caminho do Modelo de Equações Estruturais



Fonte: elaborado pela autora.

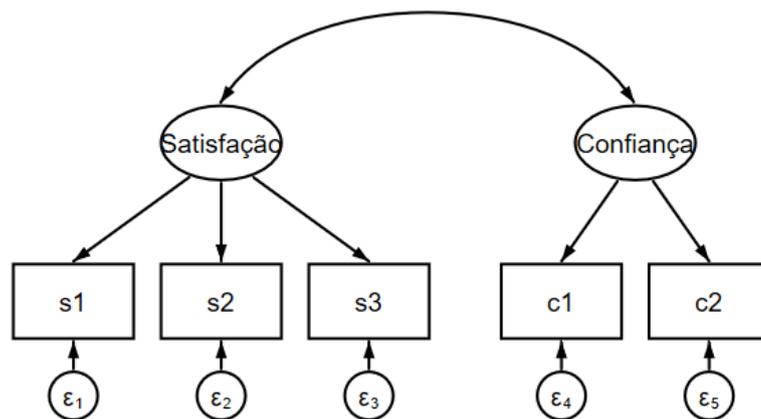
Um modelo de MEE consiste basicamente em dois submodelos: o modelo de mensuração e o modelo estrutural. O modelo de mensuração faz uso da análise fatorial confirmatória que determina como as variáveis observadas se unem para representar uma variável latente. O modelo estrutural representa as relações existentes entre os construtos e é obtido através da análise de regressão múltipla (HAIR JR. et al., 2009).

- Modelo de mensuração: Análise Fatorial Confirmatória

A técnica de Análise Fatorial Confirmatória (AFC) é um método estatístico multivariado que faz parte da técnica de modelagem de equações estruturais (*Structural Equation Models*, SEM), cujo propósito é analisar as relações entre um conjunto de variáveis observadas e fatores ou variáveis latentes (LEÓN, 2011). A AFC permite uma redução dos dados, visto que a informação contida em um conjunto de variáveis observadas pode ser expressa por um número menor de categorias representadas pelos construtos do modelo proposto. Na prática, são coletados dados de variáveis observadas e utilizado a técnica de análise fatorial para confirmar quais dessas variáveis estão relacionadas aos fatores que se deseja identificar (LEÓN, 2011).

Foram realizados dois procedimentos de análise fatorial confirmatória, que constituem o MEE. Tais modelos apresentam características reflexivas, isto é, a relação de causalidade vai do construto/fator para os seus indicadores/variáveis (BREI; LIBERALI NETO, 2006). O primeiro procedimento de AFC pretende verificar se as variáveis construídas para os fatores de satisfação e confiança de fato representam esses construtos. A Figura 3 apresenta o diagrama da AFC para os fatores de satisfação e confiança.

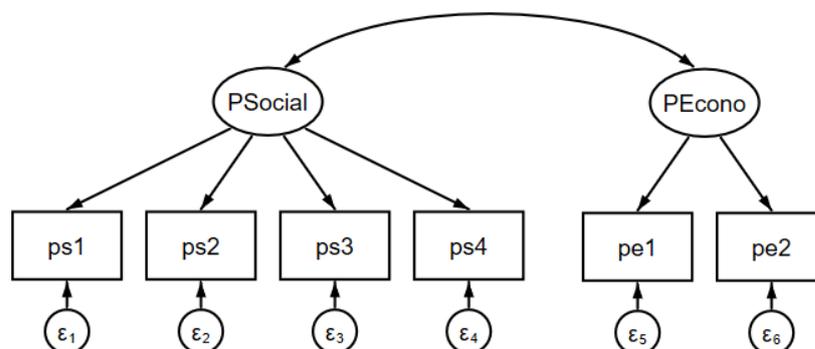
Figura 3 - Análise Fatorial Confirmatória para os Fatores Satisfação e Confiança



Fonte: elaborado pela autora

O segundo procedimento de AFC pretende verificar se as variáveis construídas para os fatores participação social e econômica representam esses construtos. A Figura 4 apresenta o diagrama da AFC para os fatores de participação social e econômica.

Figura 4 - Análise Fatorial Confirmatória para os Fatores Participação Social e Econômica



Fonte: elaborado pela autora

Um dos objetivos ao se realizar a AFC é verificar a validade do construto, ou seja, avaliar o grau em que as variáveis observadas realmente refletem a variável latente (HAIR JR. et al., 2009). A carga fatorial que resulta da aplicação da AFC é a correlação existente entre a variável observada e o construto. Segundo Hair Jr. et al. (2009), quanto maior for a carga, mais importante é a variável para explicar o fator (construto). Contudo, se a carga for menor que 0,30 então a variável não representa o construto. Dessa forma, admite-se que:

- Cargas entre $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$ atendem o nível mínimo para explicar o construto;
- Cargas de $\pm 0,50$ ou mais são praticamente significantes;
- Cargas superiores a $\pm 0,70$ indicam que a variável tem grande importância para a explicação do construto.

- Modelo estrutural: Regressão Múltipla

A segunda etapa da MEE envolve a estimação do modelo estrutural que fornecerá informações sobre as relações existentes entre as variáveis. Assim, depois de definido o modelo de mensuração, estima-se o modelo estrutural através dos parâmetros ou coeficientes do diagrama de caminhos. Segundo Hair Jr et al. (2017), a significância do coeficiente de caminho é um critério essencial para avaliar o modelo estrutural.

Para o cálculo dos coeficientes estimados nas relações causais utilizou-se o procedimento de estimação de parâmetros por Máxima Verossimilhança (*maximum likelihood - ML*), comum para este tipo de análise e também utilizada em modelos de regressão.

Procede-se à análise do *Path Coefficients* (Coeficientes de Caminho), os quais determinam o grau de influência de uma variável exógena sobre uma variável endógena. Os

coeficientes de caminho são interpretados tais como os betas das regressões lineares simples ou ordinárias. Dessa forma, se o valor do coeficiente de caminho for 0,5 para qualquer variável exógena “A” significa dizer que a cada aumento de 1 da variável exógena, aumenta 0,5 da variável endógena.

Segundo Hair Jr. et al. (2017), os valores dos coeficientes de caminho são padronizados entre -1 e +1, contudo tais coeficientes podem apresentar valores menores ou maiores. Dessa forma, coeficientes de caminho com valores próximos de +1 demonstram uma relação positiva forte entre as variáveis (e vice-versa para valores próximos de -1). Quanto mais próximos de 0 forem os coeficientes estimados, mais fracas são as relações.

Também é preciso analisar a significância dos coeficientes para confirmar as relações de causalidade entre as variáveis do modelo estrutural. Segundo Hair Jr. et al. (2017), a significância do coeficiente depende dos resultados do erro padronizado, pois é ele que vai calcular o p-valor ou t-valor para todos os coeficientes de caminho. O software STATA utiliza o p-valor para avaliar a significância. Os resultados de p-valor devem estar entre 1% e 5% para que a variável exógena seja estatisticamente significativa. Quando se assume uma significância de 5%, o p-valor deve estar abaixo de 0,05 para considerar a relação em análise significativa; para uma significância de 1%, o p-valor deve estar abaixo de 0,01 para indicar uma relação significativa.

Após a especificação e estimação dos submodelos da MEE é necessário avaliar o modelo com relação à consistência dos dados e estabelecer a validade de suas hipóteses (LEÓN, 2011). A hipótese nula do modelo de MEE implica na igualdade entre as matrizes de covariância estimada e observada (HAIR JR. et al., 2009). Dessa forma, a fase de ajuste do modelo busca comparar a matriz de covariância estimada (Σ_k) com a matriz de covariância observada (S). Para isso são utilizados índices de ajuste do modelo. Cada índice fornece uma informação diferente, conforme descrito no Quadro 6.

Quadro 6 - Descrição das medidas de ajuste

Medida de Ajuste	Definição	Critério de Avaliação
X^2	O índice de ajuste absoluto mais fundamental é a estatística qui-quadrado (x^2). Ela determina se existe uma relação entre as matrizes de variância estimada (Σ_k) e a matriz de variância observada (S). No caso da MEE ela determina se existe alguma semelhança entre as matrizes para que o modelo seja sustentado como	$0 < x^2 < 1$; e $p > 0,05$; indicam um bom ajuste do modelo.

	representativo dos dados. Para que a teoria seja sustentada, o χ^2 deve ter um valor baixo e o p-valor deve ser maior que 0,05.	
RMRS	A Raíz do Resíduo Quadrático Médio (RMRS) é a raiz quadrada da média dos resíduos quadrados: uma média dos resíduos entre termos individuais observados e estimados de covariância e variância. O valor de RMRS pode ser positivo ou negativo. Contudo, quanto menor o valor de RMRS, melhor é o ajuste do modelo.	RMRS < 0,05; indica um bom ajuste do modelo, sendo que RMRS = 0; modelo perfeito.
RMSEA	A Raíz do Erro Quadrático Médio de Aproximação (RMSEA) representa quão bem o modelo se ajusta a uma população. Quando o RMSEA = 0, o modelo estimado reproduz as covariâncias populacionais exatas.	RMSEA < 0,10; indica um bom ajuste do modelo. RMSEA = 0; modelo perfeito.
TLI	O Índice de Tucker Lewis (TLI), geralmente apresenta valores semelhantes ao do CFI. Esse índice compensa a complexidade do modelo e penaliza a adição de parâmetros que podem não melhorar o ajuste do modelo. Não é um índice normalizado, mas seus valores ficam sempre muito próximos de 1.	TLI > 0,90; ajuste aceitável. TLI < 0,90; modelo pouco ajustado. TLI = 1; indica um ajuste perfeito.
CFI	O Índice de ajuste comparativo (CFI) mede uma melhora relativa no ajuste do modelo do pesquisador em relação ao modelo padrão. O modelo padrão, ou nulo, assume que todas as variáveis observadas são não correlacionadas. É um índice normalizado.	CFI > 0,90; ajuste perfeito. CFI < 0,90; modelo pouco ajustado.

Fonte: elaborado pela autora com base no trabalho de Hair Jr. et al. (2009), León (2011) e Silva (2018).

Com base na revisão de literatura realizada e apresentada no capítulo 2, a satisfação e confiança podem afetar tanto diretamente quanto inversamente a participação do membro na cooperativa. Esses dois fatores podem ser considerados como sendo uma atitude dos cooperados. As atitudes, por sua vez, podem ou não ser um fator explicativo do comportamento do indivíduo (AJZEN; FISHBEIN, 2004).

Ainda, outros fatores como as características pessoais dos membros podem interferir na forma como este participa na cooperativa ou ter alguma relação com o seu nível de participação na cooperativa. Contudo, os estudos apresentam, em sua maioria, resultados controversos sobre essa relação. O Quadro 7 sintetiza as relações encontradas entre alguns fatores e a participação dos membros. Tal quadro servirá de base para comparar os resultados encontrados neste trabalho.

Quadro 7 - Síntese das relações entre os construtos

Característica	Relação	Participação	Autores
Satisfação	Direta Nula	Social	Mendes (2010) Bhuyan (2007)
	Direta Nula	Econômica	Bhuyan (2007); Österberg e Nilsson (2009) Burt e Wirth (1990)
Confiança	Direta	Social	Nilsson et al. (2009); Xiang e Sumelius (2010); Barraud, Henninger e El Akremi (2012) Pies (2016)
	Inversa		
	Direta	Econômica	Bijman e Verhees (2011); Falkowski et al. (2017)
Idade	Direta	Social	Hakelius (1999); Mendes (2010); Xiang e Sumelius (2010); Feng et al. (2016) Gray e Kraenzle (1998)
	Nula		
	Direta Nula	Econômica	Bhuyan (2007) Burt e Wirth (1990); Wadsworth (1991); Barraud e Henninger (2009) e Österberg e Nilsson (2009)
Escolaridade	Direta Inversa	Social	Cechin et al. (2013) Trechter et al. (2002)
	Inversa	Econômica	Barraud e Henninger (2009)
Tamanho da fazenda	Direta	Social	Gray e Kraenzle (1998); Reynolds (2004); Cechin et al. (2013) Xiang e Sumelius (2010)
	Inversa		
	Direta Inversa	Econômica	Wadsworth (1991); Bhuyan (2007) Barraud e Henninger (2009); Ollila et al. (2012); Bareille et al. (2016) Burt e Wirth (1990)
	Nula		
Tempo de associação	Direta	Social	Mendes (2010); Cechin et al. (2013)
	Direta	Econômica	Bhuyan (2007); Bareille et al. (2016)
Distância propriedade - cooperativa	Inversa	Social	Pozzobon e Zylbersztajn (2011)
	Inversa	Econômica	James e Sykuta (2006); Bareille et al. (2016)
Membro do conselho	Direta	Social	Trechter et al. (2002)
	Direta	Econômica	Borgen (2001); Österberg e Nilsson (2009)

Fonte: elaborado pela autora.

Esse estudo pretende explorar os fatores que podem influenciar a participação dos membros em uma cooperativa agropecuária. Entre esses fatores encontram-se a satisfação e confiança dos membros (compreendidos como sendo as suas atitudes com relação à cooperativa) e algumas características sócio demográficas dos cooperados.

4 RESULTADOS

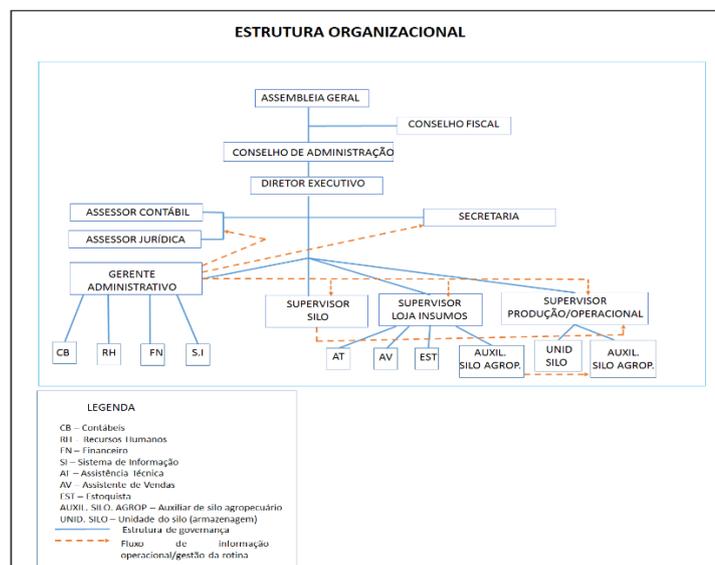
O presente capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa. Primeiramente é apresentada a caracterização da cooperativa. Em seguida é realizada a análise descritiva da participação, das características sócio demográficas e das atitudes dos 32 cooperados participantes da pesquisa. Em seguida, será realizada a descrição estatística do modelo de análise fatorial confirmatória e das relações encontradas no modelo estrutural através dos índices de ajustes dos construtos latentes.

A apresentação e análise dos dados coletados estão estruturadas de forma a atender aos objetivos específicos deste trabalho.

4.1 Caracterização da Cooperativa Agropecuária

Através da entrevista com o diretor-presidente constatou-se que, assim como na grande maioria das cooperativas agropecuárias brasileiras, não há exigência formal da participação (social ou econômica) dos membros (BIALOSKORSKI NETO, 2007; SIMIONI et al., 2009). A visão da cooperativa é proporcionar o desenvolvimento econômico e a satisfação dos cooperados. A configuração da estrutura de governança da cooperativa é apresentada na Figura 5.

Figura 5 - Estrutura organizacional da cooperativa



Fonte: Irie (2018).

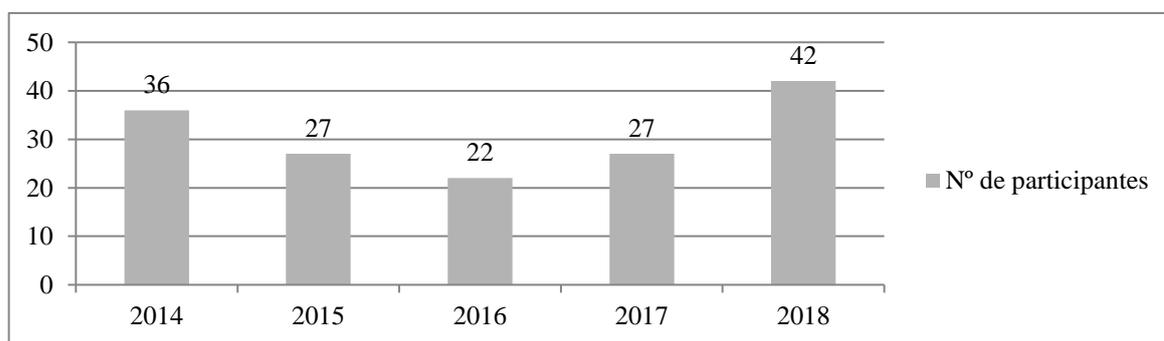
Diante dessa estrutura organizacional os cooperados estão presentes e atuam nos órgãos de maior poder da cooperativa: na Assembleia Geral, no Conselho Fiscal e no Conselho de Administração. Na cooperativa, o papel dos membros do conselho de administração é controlar, monitorar e, quando necessário, coordenar as atividades do gestor. De acordo com o diretor-presidente, o gestor da cooperativa é um profissional contratado, responsável por administrar e coordenar todas as demais equipes.

Segundo o diretor-presidente, o gestor tem total autonomia para a tomada de decisões a respeito das atividades administrativas mais comuns ou rotineiras da cooperativa. Contudo, para decisões mais complexas, as informações são passadas ao conselho de administração, o qual decide se é necessária a convocação de assembleia para deliberar sobre tal assunto.

Os conselhos de administração e fiscal são escolhidos a cada 4 anos por meio de votação em assembleia geral. Apenas um ou outro membro sai ou entra a cada eleição dos membros dos conselhos, sendo que a rotatividade dos membros do conselho ocorre, em geral, entre os cargos ocupados pelos membros. De uma forma geral, apenas alguns membros fazem parte dos conselhos, enquanto os demais cooperados, em sua maioria atuam apenas nas Assembleias Gerais.

Quanto a participação dos cooperados nas assembleias gerais, observou-se um nível relativamente baixo, apesar de constante. No ano de 2018, em torno de 29% dos cooperados estavam presentes na Assembleia Geral. O Gráfico 1 mostra a evolução da presença dos associados nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) durante o período de 2014 a 2018.

Gráfico 1- Presença AGOs 2014-2018



Fonte: elaborado pela autora.

Os serviços existentes e prestados pela cooperativa aos seus associados conforme previsto em seu estatuto são:

- **Armazenagem:** a armazenagem da produção de grãos dos associados.

- **Venda de insumos agrícolas:** comercialização de produtos agrícolas como defensivos, adubos, fertilizantes e sementes. A loja se localiza na sede da cooperativa em Dourados-MS. Segundo o diretor presidente, em algumas reuniões informais, como os “cafés da manhã”, a cooperativa permite que os fornecedores de insumos apresentem seus produtos aos cooperados.
- **Assistência técnica:** realizada por um grupo de técnicos agrônomos que visitam as propriedades e orienta a aplicação de fertilizantes, o plantio de sementes e até o uso de maquinário, além de acompanhar a produção de cada cooperado, sem ônus ao cooperado.
- **Comercialização:** essa atividade ocorre em menor escala, consistindo na limpeza dos grãos de milho ou soja bruta, há um pré-preparo dos produtos e posteriormente a intermediação da venda das sacas de milho e soja dos cooperados.

Além de todos esses serviços, o artigo 3º do estatuto ainda registra que a cooperativa deve promover conhecimentos técnicos e científicos ou serviços que venham a melhorar a produtividade, as condições de trabalho e de vida dos associados e familiares. Tal ação é realizada, especialmente, por meio de reuniões mensais, conhecidas como “cafés da manhã”, onde há uma interação social e técnica entre os associados e gestão da cooperativa.

Dessa forma, os cooperados da cooperativa exercem tanto a função de cliente quanto de fornecedor no que tange as relações transacionais. Contudo, embora a cooperativa tenha previsto em seu estatuto ações de comercialização dos produtos entregues na cooperativa, essa atividade, como relatada pelo diretor-presidente, quase não ocorre devido ao baixo engajamento dos cooperados. Logo é possível perceber que o comprometimento econômico do cooperado é um desafio para a cooperativa, segundo a visão do diretor-presidente. Atualmente o foco maior de atuação da cooperativa é a armazenagem.

Segundo o diretor-presidente, a participação dos membros é vista pelo lado econômico: “Primeiro o que interessa para cooperativa é a fidelização dos associados, que o cooperado trabalhe junto com a sua cooperativa, o que não é exigido, mas desejável”. Para ele, a participação ideal seria a entrega de toda a produção para a cooperativa, para ser armazenada e depois comercializada. Com relação à compra de insumos, o diretor-presidente considera que o ideal seria o cooperado comprar tudo diretamente pela cooperativa.

Ainda, segundo o diretor-presidente os níveis de participação econômica dos membros não são satisfatórios, havendo a necessidade de mudar essa realidade na cooperativa para que ela possa se manter sustentável no longo prazo. Nesse contexto, os cooperados aparentam

estar cumprindo com os seus direitos e obrigações no papel de sócio, mas manifestando comportamentos individualistas no papel de cliente/ fornecedor da cooperativa. Tal realidade pode comprometer o bom funcionamento da empresa cooperativa, como destacado por Fulton e Adamowicz (1993) e Oliveira (2007). Sem o apoio econômico dos membros a cooperativa torna-se incapaz de proporcionar maiores benefícios, principalmente econômicos e técnicos, para os mesmos e acaba arcando com altos custos de transação, conforme apontado por Moyano, Puig e Bruque (2008).

Diante das informações levantadas, em especial a dificuldade apontada pelo diretor-presidente a respeito da participação econômica do cooperado, torna-se pertinente investigar os fatores que tendem a influenciar na participação dos cooperados. Dessa forma, os gestores poderiam pensar em criar ou mesmo aperfeiçoar os mecanismos de governança que já existem na cooperativa para que a participação dos membros, em especial a participação econômica, aumente e a cooperativa possa contar com o apoio dos membros para a sua sustentabilidade.

4.2 Perfil de participação dos cooperados

Na Tabela 1 são apresentadas as avaliações individuais dos cooperados a cada variável de participação social e econômica.

Tabela 1 - Notas individuais por variável de participação

Cooperado	Participação Social				Participação Econômica	
	PS1 ^a	PS2 ^b	PS3 ^c	PS4 ^d	PE1 ^e	PE2 ^f
1	5	4	5	5	5	5
2	5	3	3	5	3	3
3	5	5	1	1	5	2
4	5	4	4	4	5	4
5	5	5	5	5	5	4
6	4	4	3	3	5	5
7	4	4	4	5	4	4
8	5	4	3	4	5	2
9	5	4	3	5	5	5
10	2	2	2	4	2	3
11	5	4	4	4	5	4
12	4	4	5	3	5	5
13	5	5	5	5	4	1
14	1	3	3	1	3	1
15	4	4	4	4	5	2
16	2	3	2	4	4	4
17	5	5	5	5	5	4
18	5	2	2	5	5	3
19	5	4	3	3	5	5
20	4	2	3	3	5	3

21	5	4	3	3	5	3
22	4	4	3	1	5	5
23	3	3	3	4	5	4
24	3	3	5	4	5	4
25	4	4	3	4	4	3
26	4	4	3	1	5	5
27	5	5	5	5	5	4
28	3	3	4	3	3	3
29	4	4	4	4	5	4
30	5	4	4	4	4	4
31	5	5	5	5	5	4
32	3	4	3	4	4	4

Fonte: elaborado pela autora.

Notas:

^a Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto.

^b Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa.

^c Eu estou sempre buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa.

^d Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto à gestão da cooperativa.

^e Eu sempre priorizo a entrega de produtos a cooperativa.

^f Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa.

Conforme o Gráfico 2, com relação à afirmativa “Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto”, 50% dos cooperados concordam totalmente; 28% concordam parcialmente; 13% não concordam nem discordam; 6% discordam parcialmente e 3% discordam totalmente da afirmativa. Assim, a grande maioria dos cooperados diz ser sempre assíduo (50%) às assembleias gerais, seguidos dos que dizem participar, mas não sempre (28%). O número de cooperados que disseram não frequentar ou frequentar raramente e relativamente baixo.

Gráfico 2 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS1 “Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto”



Fonte: elaborado pela autora.

A frequência de respostas quanto à participação social representada pela afirmação “Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa” é apresentada no Gráfico 3. Verifica-se que a maioria dos cooperados (53%) demonstrou participar parcialmente, sendo que apenas 19% demonstraram frequentar todos os eventos informais ao concordar totalmente com a afirmação. Outros 19% não concordaram nem discordaram com a afirmativa, o que indica que eles vão somente às vezes nessas reuniões informais; enquanto que 9% discordaram parcialmente, o que demonstra que eles raramente costumam ir a esses encontros.

Gráfico 3 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS2 “Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa”



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 4 indica que, com relação à afirmativa “Eu sempre estou buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa”, a maioria dos cooperados não concorda nem discorda com a afirmação (41%), o que pode indicar que possuem pouco interesse ou preocupação nesse aspecto. Verifica-se também que um número equivalente de cooperados afirma buscar informações sempre ou frequentemente (25% concordam totalmente e 22% concordam parcialmente). De fato, são poucos os cooperados que demonstram menor iniciativa em se manter informado sobre os assuntos da cooperativa (9% discordaram parcialmente e 3% discordaram totalmente).

Gráfico 4 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS3 “Eu sempre estou buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa”



Fonte: elaborado pela autora.

A frequência de respostas quanto à participação social representada pela afirmação “Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto a gestão da cooperativa” é apresentada no Gráfico 5. Constatou-se que a maioria dos cooperados concordou parcialmente (38%), seguidos pelos cooperados que concordaram totalmente (31%). Outros 19% não concordaram nem discordaram com a afirmação enquanto que um número maior de cooperados discordou totalmente (13%) do que com relação às demais afirmativas de participação social. Dessa forma, verifica-se que ainda não é um hábito entre os cooperados esse tipo de participação.

Gráfico 5 - Distribuição de frequência das respostas à variável PS4 “Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto a gestão da cooperativa”



Fonte: elaborado pela autora.

De uma forma geral, percebe-se um alto nível de participação social dos cooperados ao frequentar as assembleias e eventos sociais, e com relação a contribuir com ideias e sugestões para a cooperativa e um nível médio de participação social com relação a manter-se informado sobre as ações da cooperativa.

Com relação à participação econômica dos cooperados, estes demonstram um alto nível de comprometimento de entrega de seus produtos na cooperativa. Conforme o Gráfico 6, com relação à afirmativa “Eu sempre priorizo a entrega de produtos na cooperativa”, observou-se que mais da metade dos cooperados respondentes (69%) priorizam a entrega de sua produção agrícola para a cooperativa, seguidos dos que frequentemente priorizam (19%) ou concordam parcialmente com a afirmação. Os demais alegaram que não concordam nem discordam (9%) ou indicaram que pouco prioriza a entrega de produtos à cooperativa (os 3% que discordaram parcialmente). Dessa forma, pode-se notar que grande parte dos cooperados (aqueles que concordaram totalmente com a afirmativa) apresenta alto nível de lealdade com a cooperativa, enquanto outros (aqueles que concordaram parcialmente, não concordaram nem discordaram e discordaram parcialmente), a depender das circunstâncias, podem não ser tão leais ao escolher a forma comercializar a sua produção. Percebe-se que tal resultado não está de acordo com a percepção da diretoria sobre o nível de participação econômica dos cooperados com relação à entrega de sua produção.

Gráfico 6 - Distribuição de frequência das respostas à variável PE1 “Eu sempre priorizo a entrega de produtos na cooperativa”



Fonte: elaborado pela autora.

A frequência de respostas quanto à participação econômica representada pela afirmação “Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa” é apresentada no Gráfico 7. Constatou-se que a maioria dos cooperados concordou parcialmente (41%) com a afirmativa, seguidos pelos cooperados que concordaram totalmente (22%) e não concordaram nem discordaram (22%). Outros 9% discordaram parcialmente da afirmativa enquanto que 6% discordaram totalmente. Com relação a este tipo de participação, os cooperados respondentes apresentaram um posicionamento um pouco menos positivo em comparação a entrega de produtos. Considerando-se os que disseram priorizar sempre a compra de insumos, obteve-se um total de 22% dos respondentes, contra 69% dos que sempre priorizam a entrega

de produtos. Os respondentes que se posicionaram pouco frequentes na compra de insumos se aproximam dos que disseram que pouco prioriza a entrega de produtos.

Gráfico 7 - Distribuição de frequência das respostas à variável PE2 “Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa”



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com Bareille et al. (2016), os cooperados podem ter níveis distintos de comprometimento econômico com a cooperativa. No caso da cooperativa estudada, os cooperados apresentam um melhor nível de comprometimento com a entrega de seus produtos na cooperativa em relação à compra de insumos agrícolas da cooperativa.

A realidade da cooperativa quanto à forma com que os membros estão economicamente comprometidos pode prejudicar a saúde financeira da cooperativa assim como a sua capacidade de fornecer serviços que garantam maior benefício aos membros, ou mesmo a sua própria capacidade de oferecer tais serviços, tal como apontado por Fulton e Giannakas (2007). A preocupação do diretor-presidente com o comprometimento econômico dos cooperados pode ser averiguada com os resultados obtidos nessa amostra, com relação, principalmente, à compra de insumos da cooperativa.

De uma forma geral, os cooperados se auto avaliaram como mais socialmente participantes da cooperativa. Tal resultado demonstra que entre os cooperados da amostra, boa parte está cumprindo com as suas obrigações de sócio na cooperativa, especialmente no que concerne à participação nas assembleias gerais. Com relação à participação econômica, verifica-se que os cooperados estão muito mais comprometidos com a entrega de sua produção para a cooperativa do que com a compra de insumos dela, apresentando certo grau de descumprimento com o seu papel de cliente da cooperativa.

Em síntese, os resultados gerais sobre a participação social e econômica são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Frequência de respostas às afirmativas de participação

Afirmativas	Concordância				
	DT	DP	NCND	CP	CT
ps1 - Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto	3%	6%	13%	28%	50%

ps2 - Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa	-	9%	19%	53%	19%
ps3 - Eu sempre estou buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa	3%	9%	41%	22%	25%
ps4 - Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto a gestão da cooperativa	13%	-	19%	38%	31%
pe1 - Eu sempre priorizo a entrega de produtos a cooperativa	-	3%	9%	19%	69%
pe2 - Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa	6%	9%	22%	41%	22%

Fonte: elaborado pela autora.

4.3 Características individuais dos cooperados

Na sequência serão apresentados os resultados obtidos com a análise descritiva dos dados coletados sobre as variáveis sócio demográficas e as variáveis de satisfação e confiança dos cooperados.

- Características sócio demográficas dos cooperados

Uma síntese das respostas às variáveis sócio demográficas é apresentada no Quadro 8, seguida de análises individuais de cada variável.

Quadro 8 - Respostas individuais por variável sócio demográfica

Cooperado	Idade	Escolaridade	Distância (km)	Tempo associação (ano)	Membro conselho	Tamanho (ha)
1	52	Superior	50	15	Sim	780
2	68	Superior	15	< 1 ano	Não	9
3	71	Fundamental	12	22	Não	75
4	75	Fundamental	15	16	Sim	12
5	61	Médio	46	21	Sim	109
6	50	Superior	20	22	Sim	256
7	38	Fundamental	18	1	Não	80
8	70	Fundamental	15	22	Sim	60
9	60	Médio	30	18	Sim	50
10	67	Superior	22	15	Sim	155
11	42	Superior	18	13	Sim	100
12	53	Superior	20	2	Não	30
13	38	Superior	25	10	Sim	700
14	54	Médio	40	23	Não	104
15	70	Fundamental	50	22	Sim	120
16	42	Médio	20	5	Não	100
17	61	Fundamental	15	14	Sim	12
18	56	Fundamental	20	21	Sim	182
19	34	Médio	15	14	Sim	72
20	69	Fundamental	15	13	Sim	8

21	52	Fund. inc.	28	12	Não	50
22	54	Fund. Inc.	15	21	Não	180
23	52	Fund. Inc.	20	14	Não	45
24	52	Fundamental	20	< 1 ano	Não	230
25	40	Fundamental	20	2	Não	80
26	71	Fund. Inc.	25	25	Sim	100
27	65	Fundamental	12	16	Sim	70
28	82	Fund. Inc.	30	25	Não	89
29	55	Fund. Inc.	15	1	Não	68
30	78	Fundamental	18	16	Não	130
31	76	Médio	16	16	Sim	12
32	65	Médio	25	< 1 ano	Não	50

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação à idade dos respondentes, verifica-se que o cooperado mais novo possui 34 anos, enquanto que o mais velho possui 82 anos. Os demais respondentes distribuem-se de forma bem variada entre estes extremos. A idade média dos cooperados da amostra é de 59 anos.

A distribuição do grau de escolaridade dos respondentes encontra-se no Gráfico 8. Verifica-se que 56% possui instrução mediana, sendo que os demais se distribuem igualmente entre os extremos (fundamental incompleto e superior).

Gráfico 8 - Nível de escolaridade dos cooperados da amostra



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação a distância da propriedade dos respondentes até a sede da cooperativa, verifica-se que mais de 60% dos cooperados têm sua propriedade a menos de 20 km da sede da cooperativa (Gráfico 9), sendo que a grande parte dos cooperados localiza-se na mesma cidade da cooperativa. Apenas 3 cooperados tem suas propriedades em outros 3 municípios. Destaca-se que nenhum respondente tem propriedade com distância maior do que 50 km da sede.

Gráfico 9 - Distância da propriedade até a sede da cooperativa



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação ao tempo de associação do cooperado, a maioria dos respondentes (43%) possui de 10 a 20 anos de cooperado, sendo que 31% dos respondentes está há mais de 20 anos na cooperativa. Apenas, 23% dos respondentes possuem menos de 10 anos de associação. O tempo de associação dos cooperados da amostra é de 14 anos (desvio padrão de 8 anos), sendo que existem 2 cooperados que estão na cooperativa desde a sua criação (25 anos) e 5 outros que são associados a menos de 2 anos.

Com relação aos respondentes já terem feito parte do conselho/diretoria, observa-se uma distribuição homogênea entre os cooperados. Dos respondentes, 53% afirmam já terem participado destas instâncias, contra 46% que nunca participaram.

A maioria dos cooperados entrevistados são agricultores com propriedades de pequeno porte⁸, tal como mostra o Gráfico 10, sendo a menor propriedade de 8 hectares e a maior de 780 hectares. De uma forma geral, os cooperados possuem pequenas propriedades.

Gráfico 10 - Frequência de respostas referente à variável “tamanho da fazenda”



Fonte: elaborado pela autora.

De uma forma geral, os cooperados da amostra são mais velhos, têm um grau de escolaridade de nível médio, são membros da cooperativa a mais de 10 anos, mais da metade já foi membro de algum conselho e são produtores de pequeno porte, sendo que suas propriedades estão localizadas a uma média de 20 km da cooperativa.

- Atitudes de Satisfação e Confiança

Os posicionamentos referentes às variáveis de Satisfação e Confiança são resumidos na Tabela 3 e seguidos das análises individuais de cada variável.

⁸ A classificação do tamanho da área dos imóveis rurais é definida pela Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal que varia de acordo com cada município. Com base nessa classificação, o INCRA realiza uma segunda classificação do tamanho da área dos imóveis rurais em: minifúndio (imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal); pequena propriedade (de 1 a 4 módulos fiscais); média propriedade (até 15 módulos fiscais); e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Além disso, a metragem dos módulos fiscais na região que se encontram os produtores da cooperativa em estudo, conforme índice de 2013 é de, em média, 35 hectares.

Tabela 3 - Notas individuais por variável de atitudes

Cooperado	Confiança		Satisfação		
	C1 ^a	C2 ^b	S1 ^c	S2 ^d	S3 ^e
1	4	5	5	5	5
2	5	5	5	5	5
3	5	5	5	5	4
4	4	5	5	5	5
5	5	5	4	5	5
6	3	4	3	4	4
7	5	5	4	5	5
8	4	4	4	4	2
9	4	5	4	5	2
10	3	4	4	4	4
11	4	5	4	4	4
12	4	5	4	4	4
13	3	5	5	5	4
14	5	5	5	5	3
15	5	5	4	5	5
16	4	4	3	3	4
17	2	4	4	2	4
18	2	5	3	5	4
19	4	4	4	5	3
20	3	4	3	3	4
21	4	4	4	4	4
22	4	4	2	2	2
23	5	5	4	3	5
24	4	5	5	4	4
25	3	4	3	4	5
26	4	4	3	4	4
27	4	4	2	4	3
28	3	4	4	3	4
29	4	5	4	5	4
30	4	5	4	4	4
31	4	5	5	5	5
32	3	5	4	3	3

Fonte: elaborado pela autora.

Notas:

^a Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos demais cooperados.

^b Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos membros da gestão

^c Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios econômico-financeiros (menor custo, maior receita, etc) adquiridos por ser cooperado.

^d Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios sociais (educação, capacitação, relações sociais, etc) adquiridos por ser cooperado.

^e Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios técnicos (assistência técnica, acesso a nova tecnologia, etc) adquiridos por ser cooperado.

Ao analisar os níveis de confiança dos respondentes em relação aos demais cooperados (Gráfico 11), nota-se que a maioria afirma ter uma confiança parcial (50%) nos demais e não total (22%). No entanto, a frequência de respostas aponta para mais sentimentos de confiança do que desconfiança. Destaca-se ainda que 22% dos cooperados afirmaram não concordar nem discordar da afirmação, o que pode sinalizar a necessidade de melhorar o clima de confiança entre os cooperados.

Gráfico 11 - Distribuição de frequência das respostas à variável c1 “Eu tenho plena confiança nas ações/conduta dos demais cooperados”



Fonte: elaborado pela autora.

Quanto o nível de confiança dos respondentes em relação à gestão da cooperativa (Gráfico 12), nota-se um posicionamento bem significativo e elevado. De acordo as respostas, os cooperados estão em sua maioria (59%) plenamente confiantes com as ações dos membros da gestão; enquanto que 41% apontaram estar parcialmente confiantes.

Gráfico 12 - Distribuição de frequência das respostas à variável c2 “Eu tenho plena confiança nas ações/conduta dos membros da gestão”



Fonte: elaborado pela autora.

Através da análise do Gráfico 13, observa-se que os cooperados respondentes, em sua maioria, estão parcialmente satisfeitos com os benefícios econômicos adquiridos, sendo que 25% demonstram estarem totalmente satisfeitos e 50% alegam estar parcialmente satisfeitos. Nenhum cooperado mostrou estar totalmente insatisfeito. No entanto, 19% se mostraram indecisos ao ponto de nem concordar nem discordar sobre seu nível de satisfação com os benefícios econômicos e 6% demonstraram certa insatisfação ao discordar parcialmente.

Gráfico 13 - Distribuição de frequência das respostas à variável s1 “Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios econômico-financeiros (menor custo, maior receita, etc) adquiridos por ser cooperado”



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação aos benefícios sociais, nota-se através do Gráfico 14 que os cooperados apresentam elevado nível de satisfação, visto que 44% concordaram totalmente em estar satisfeitos com os benefícios sociais e 34% concordaram parcialmente. Nenhum cooperado

mostrou total insatisfação com tais benefícios, mas 16% se mostraram indecisos sobre estar ou não satisfeitos e 6% parcialmente insatisfeitos com os benefícios sociais adquiridos.

Gráfico 14 - Distribuição de frequência das respostas à variável s2 “Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios sociais (educação, capacitação, relações sociais, etc) adquiridos por ser cooperado”



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação aos benefícios técnicos, os membros estão mais parcialmente satisfeitos (50%) do que totalmente satisfeitos (28%), conforme apresenta o Gráfico 15. Nenhum cooperado mostrou estar totalmente insatisfeito, mas, assim como nos demais benefícios, também se verifica a presença de 13% daqueles que não sabem dizer se estão ou não satisfeitos e 9% que se demonstraram parcialmente insatisfeitos.

Gráfico 15 - Distribuição de frequência das respostas à variável s3 “Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios técnicos (assistência técnica, acesso a nova tecnologia, etc) adquiridos por ser cooperado”



Fonte: elaborado pela autora.

De um modo geral, os cooperados apresentam um bom nível de satisfação e confiança, mas demonstram maior confiança nos membros da gestão do que nos demais cooperados e aparentam estar mais satisfeitos com os benefícios sociais do que com os econômicos e técnicos. Nenhum cooperado se demonstrou totalmente insatisfeito ou desapontado com relação às variáveis propostas. Poucos cooperados se demonstraram receosos, no sentido de não concordar e nem discordar das afirmativas sobre confiança nos demais membros, enquanto que nenhum cooperado apresentou dúvidas quanto a sua confiança nos membros da gestão. Os cooperados em geral estão satisfeitos com todos os benefícios adquiridos por fazer parte da cooperativa. Contudo, alguns cooperados também demonstraram certa insegurança no sentido de não concordar e nem discordar com as afirmativas de satisfação formuladas, e outros ainda se mostraram insatisfeitos. Os cooperados também demonstraram estar mais satisfeitos com os benefícios sociais do que com os econômicos e técnicos

Em síntese, os resultados gerais sobre a satisfação e confiança são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Frequência de respostas às afirmativas de atitude

Afirmativas	Concordância				
	DT	DP	NCND	CP	CT
c1 - Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos demais cooperados.	-	6%	22%	50%	22%
c2 - Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos membros da gestão.	-	-	-	41%	59%
s1 - Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios econômico-financeiros (menor custo, maior receita, etc) adquiridos por ser cooperado.	-	6%	16%	50%	25%
s2 - Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios sociais (educação, capacitação, relações sociais, etc) adquiridos por ser cooperado.	-	6%	16%	34%	44%
s3 - Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios técnicos (assistência técnica, acesso a nova tecnologia, etc) adquiridos por ser cooperado.	-	9%	13%	50%	28%

Fonte: elaborado pela autora.

4.4 Relações entre as características individuais dos cooperados e a sua participação na cooperativa

Para verificar como as características individuais dos cooperados estão relacionados com a sua participação na cooperativa foi utilizado a técnica estatística multivariada de Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Na sequência serão apresentados os resultados obtidos para cada fase realizada da MEE.

- Resultados das Análises Fatoriais Confirmatórias – Modelo de Mensuração

O modelo de análise fatorial confirmatória (AFC) explica a correspondência entre as variáveis observadas (itens utilizados para medir um construto) com os seus respectivos construtos. As cargas fatoriais de cada variável observada foram analisadas para verificar a relação das variáveis com os construtos/fatores. Dessa forma, quanto maior a carga fatorial, mais importante será a variável para explicar o construto, visto que elas representam o grau de associação (correlação) de cada variável com o seu respectivo fator. As cargas fatoriais com valor 1 indicam que esse item foi usado automaticamente pelo programa estatístico como base

para cálculo do fator. Dessa forma, valores acima de 1 têm um alto valor explicativo do fator e valores abaixo de 1 indicam que a variável tem importância até o seu limite mínimo (0,30).

Para medir o grau de consistência entre os itens de escala de um construto foi utilizado o Alfa de Cronbach. O Alfa de Cronbach é uma medida de confiabilidade que avalia a consistência da escala inteira. Tal medida varia de 0 a 1, sendo que para análises exploratórias, o valor de 0,60 pode ser considerado o limite inferior de aceitabilidade (HAIR JR. et al., 2009).

Dentro do modelo/fase de mensuração da modelagem de equações estruturais foram realizados dois procedimentos de AFC, descritos a seguir.

- Procedimento 1 de AFC

O primeiro procedimento buscou verificar se as variáveis observadas “confiança nos demais cooperados” e “confiança nos membros da gestão” explicam o construto de Confiança; e se as variáveis observadas “satisfação com os benefícios econômicos”, “satisfação com os benefícios sociais” e “satisfação com os benefícios técnicos” explicam o construto de Satisfação.

A Tabela 5 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória obtidos depois de estimado o primeiro procedimento.

Tabela 5 - Resultados da análise fatorial confirmatória para os construtos de Satisfação e Confiança

Construtos	Variável Observada	Carga Fatorial
Satisfação	s1	1
	s2	1,01
	s3	0,58
Confiança	c1	1
	c2	1,03

Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisar os resultados da Tabela 5, observa-se que a variável referente à satisfação com os benefícios sociais, com carga fatorial de 1,01, é o item que exerce maior contribuição na formação do construto de Satisfação, seguida pela variável de satisfação com os benefícios técnicos, a qual apresentou carga fatorial de 0,58. Quanto ao construto Confiança, a variável referente à confiança nas ações dos membros da gestão, com carga fatorial de 1,03, exerce

contribuição mais expressiva. De uma forma geral, as variáveis correspondem com os construtos.

Analisando-se as correlações entre os construtos de Satisfação e Confiança (Tabela 6), pode-se notar que eles apresentam correlação positiva forte (0,9976). Dessa forma, à medida que a satisfação do cooperado muda a sua confiança também muda com mesma direção e intensidade.

Tabela 6 - Correlação entre os construtos Satisfação e Confiança

	Satisfação	Confiança
Satisfação	1	
Confiança	0,9976	1

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação à confiabilidade das escalas, verifica-se que o Alpha de Cronbach para a escala de Satisfação apresentou resultado de 0,6430 acima do limite inferior de aceitabilidade. A escala de Confiança, por sua vez, apresentou resultado de 0,5379, menor do que o limite de aceitabilidade. Segundo Hair Jr. et al. (2009), a confiabilidade das escalas pode ser melhorada com o aumento das variáveis utilizadas para medir o construto. Contudo, para análise desse estudo, optou-se por manter a quantidade atual de variáveis com advertência de incorporar mais variáveis para aumentar a confiabilidade da escala.

- Procedimento 2 de AFC

O segundo procedimento buscou verificar se as variáveis observadas “presença nas assembleias gerais”, “presença nas reuniões e eventos informais da cooperativa”, “interesse por informações sobre ações da cooperativa” e “contribuição com sugestões para a cooperativa” explicam o construto de Participação Social; e se as variáveis observadas “priorização de entrega de produtos à cooperativa” e “priorização de compra de insumos da cooperativa” explicam o construto de Participação Econômica.

A Tabela 7 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória obtidos depois de estimado o segundo procedimento.

Tabela 7 - Resultados da análise fatorial confirmatória para os construtos de Participação

Construtos	Variável Observada	Carga Fatorial
------------	--------------------	----------------

Participação Social	ps1	1
	ps2	0,64
	ps3	0,53
	ps4	0,47
Participação Econômica	pe1	1
	pe2	0,49

Fonte: elaborado pela autora.

Com base nos resultados da Tabela 7, verifica-se que a variável referente à presença nas reuniões e eventos informais da cooperativa, com carga fatorial de 0,64, é o item que exerce maior contribuição na formação do construto de Participação Social, seguida pela variável “interesse por informações sobre ações da cooperativa”, a qual apresentou carga fatorial de 0,53. A variável “contribuição com sugestões para a cooperativa” foi a que apresentou menor carga fatorial (0,47) sendo a mais fraca para contribuir com a formação do construto de Participação Social. Quanto ao construto Participação Econômica, a variável referente à priorização de compra de insumos da cooperativa, com carga fatorial de 0,49, não apresentou força expressiva para explicar o construto. De certa forma, pode-se dizer que as cargas fatoriais das variáveis são satisfatórias e que as variáveis são correspondentes com os seus construtos.

A Tabela 8 apresenta as correlações entre os construtos de Participação Social e Econômica. Verifica-se que os construtos apresentam uma correlação boa e positiva (0,6450). Dessa forma, à medida que a participação social do cooperado muda a sua participação econômica também muda com mesma direção, mas com menor intensidade.

Tabela 8 - Correlação entre os construtos de Participação

	Participação Social	Participação Econômica
Participação Social	1	
Participação Econômica	0,6450	1

Fonte: elaborado pela autora.

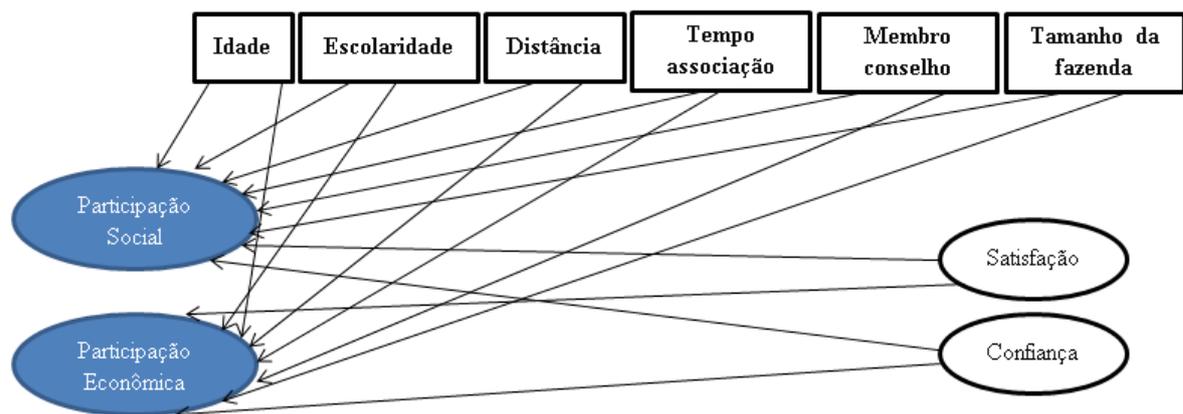
Com relação à confiabilidade das escalas, verifica-se que o Alpha de Cronbach para a escala de Participação Social apresentou resultado de 0,6900 acima do limite inferior de aceitabilidade. A escala de Participação Econômica, entretanto, apresentou resultado de 0,5534, menor do que o limite de aceitabilidade. A escala de Participação Econômica, apesar de apresentar confiabilidade mais baixa, também será mantida sem alterações para a continuidade da análise, considerando a observação para inclusão de mais variáveis a fim de aumentar a confiabilidade dessa escala.

De uma forma geral, as variáveis correspondem aos construtos, o que permite o avanço para a análise do modelo estrutural sem alterações no modelo de mensuração.

- Resultados da Análise de Regressão – Modelo Estrutural

O Modelo Estrutural busca verificar as relações existentes entre os construtos de Satisfação e Confiança e as características sócio demográficas dos cooperados com a sua Participação Social e Econômica. Nesse modelo estrutural, apresentado na Figura 6, os construtos de Participação Social e Econômica são variáveis endógenas (dependentes) e as demais variáveis são exógenas (independentes), sendo que tal relação causal é identificada pelo sentido das setas que saem das variáveis exógenas para as endógenas.

Figura 6 - Modelo Estrutural



Fonte: elaborado pela autora.

Para identificar se as variáveis exógenas de satisfação, confiança e características sócio demográficas dos cooperados influenciam na sua participação na cooperativa, foram analisados os valores dos coeficientes de caminho e a estatística de p-valor. O resultado do p-valor indica se uma variável exógena influencia ou não uma variável endógena. Para aceitar que a variável exógena influencia, ou é capaz de explicar a variável endógena, o p-valor deve ser menor do que 0,05 (5% de significância) ou menor do que 0,01 (1% de significância).

Verificado a significância dos relacionamentos entre as variáveis, procede-se para a análise da relevância dos relacionamentos significativos. Para tal, utiliza-se os coeficientes de caminho, que também podem ser interpretados entre eles. Dessa forma, se o coeficiente de caminho de uma variável exógena for maior do que o de outra, então maior será seu efeito na variável endógena. A análise da relação entre uma variável exógena e outra endógena se

procede da seguinte maneira: uma mudança de uma unidade do construto exógeno muda o construto endógeno pelo tamanho do coeficiente de caminho *ceteris paribus*. Essa relação pode ser positiva (diretamente proporcional) ou negativa (inversamente proporcional). O coeficiente também só é considerado significativo quando diferente de 0.

A Tabela 9 apresenta os resultados das relações causais entre as variáveis exógenas e a variável endógena de participação social obtidos com a estimação do modelo estrutural proposto acima.

Tabela 9 - Relações causais entre as variáveis exógenas e endógena de Participação Social

Variável endógena (dependente)	Variáveis exógenas (independentes)	Coefficiente	p-valor
Participação Social	Satisfação	-1,61	0,401
	Confiança	1,82	0,312
	Idade	-0,0008	0,808
	Escolaridade	-0,089	0,044*
	Distância	-0,006	0,134
	Tempo de associação	-0,005	0,414
	Membro do conselho	0,35	0,000**
	Tamanho da fazenda	0,0002	0,348

Fonte: elaborado pela autora.

Notas:

* significativo a 5%.

** significativo a 1%.

Com base nos resultados da Tabela 9 verifica-se que a característica escolaridade foi significativa a um nível de 5% (p-valor de 0,044) e a característica membro do conselho foi significativa a um nível de 1% (p-valor de 0,000). Contudo, a variável escolaridade apresentou coeficiente de caminho muito próximo de 0, o que indica que, apesar de estatisticamente significativa, não há relação causal dessa variável com a participação social dos cooperados.

Dessa forma, a característica membro do conselho é a única variável exógena que influencia na participação social dos cooperados dessa cooperativa em análise. As atitudes de satisfação e confiança apesar de apresentarem alto coeficiente de caminho, não foram estatisticamente significantes explicar a participação social dos cooperados.

A Tabela 10, por sua vez, apresenta os resultados das relações causais entre as variáveis exógenas e a variável endógena de participação econômica obtidos com a estimação do modelo estrutural proposto na Figura 8.

Tabela 10 - Relações causais entre as variáveis exógenas e endógena de Participação Econômica

Variável endógena (dependente)	Variáveis exógenas (independentes)	Coefficiente	p-valor
Participação Econômica	Satisfação	-4,26	0,013*
	Confiança	4,22	0,009**
	Idade	-0,006	0,036*
	Escolaridade	-0,14	0,000**
	Distância	-0,003	0,400
	Tempo de associação	0,00004	0,994
	Membro do conselho	0,33	0,000**
	Tamanho da fazenda	-8.55e-06	0,971

Fonte: elaborado pela autora.

Notas:

* significativo a 5%.

** significativo a 1%.

Conforme apresentado na Tabela 10 verifica-se que a atitude de satisfação foi significativa a 5% (p-valor de 0,013), a atitude de confiança foi significativa a 1% (p-valor de 0,009), a característica idade foi significativa a 5% (p-valor de 0,036) e as características escolaridade e membro do conselho foram significativas a 1%, ambas com p-valor de 0,000. A característica idade apresentou coeficiente de caminho muito próximo de 0, dessa forma, pode-se considerar que não existe relação causal entre essa característica e a participação econômica dos cooperados, o que corresponde aos mesmos resultados encontrados por Burt e Wirth (1990), Wadsworth (1991), Barraud e Henninger (2009) e Österberg e Nilsson (2009).

Dessa forma, as atitudes dos cooperados e as características escolaridade e membro do conselho influenciam na participação econômica dos cooperados dessa cooperativa em análise. As demais variáveis de características dos membros não são estatisticamente significantes para explicar a participação econômica dos cooperados.

Observou-se também que as variáveis satisfação e confiança apresentaram coeficientes maiores do que ± 1 o que indica uma forte relação dessas variáveis com a participação econômica dos membros. A característica membro do conselho, por sua vez, apresentou coeficiente de caminho de 0,33 para a participação econômica, o que demonstra uma relação mediana entre essas variáveis. Por fim, a variável escolaridade apresentou um coeficiente de caminho de -0,14, demonstrando uma relação negativa e relativamente fraca com a participação econômica dos cooperados.

Os resultados no geral demonstram que apenas uma característica individual dos membros é apresenta relação estatisticamente significativa para explicar a sua participação social na cooperativa. Enquanto que quatro características individuais dos membros demonstraram ser estatisticamente significantes para explicar a sua participação econômica na cooperativa.

O Quadro 9 apresenta o resultado dos índices de ajustamento do modelo estrutural para que seja analisada a consistência dos dados utilizados no modelo. Ao estimar o modelo, obteve-se um X^2 de 12,58 e o valor-p de 0,0004 ou 0. Tais resultados mostram que o modelo não apresenta um bom ajustamento. Contudo, o RMSR apresentou valor que está dentro dos critérios de um modelo ajustado. Os demais índices indicam um ajuste não muito bom do modelo, que pode vir a ser melhorado em um próximo estudo com o aumento do tamanho da amostra e adição de variáveis observadas que medem cada construto (HAIR JR. et al., 2009).

Quadro 9 - Índices de ajuste do Modelo Estrutural

Índices de Ajuste	Valores	Critério de Avaliação	Resultado do ajuste do Modelo Estrutural
X^2	12,58	$0 < x^2 < 1$; e valor-p $> 0,05$; indicam um bom ajuste do modelo.	Pouco ajustado
RMSR	0,043	RMRS $< 0,05$; indica um bom ajuste do modelo; RMRS = 0; modelo perfeito.	Ajuste bom
RMSEA	0,602	RMSEA $< 0,10$; indica um bom ajuste do modelo. RMSEA = 0; modelo perfeito.	Pouco ajustado
TLI	-5,059	TLI $> 0,90$; ajuste aceitável. TLI $< 0,90$; modelo pouco ajustado. TLI = 1; indica um ajuste perfeito.	Pouco ajustado
CFI	0,644	CFI $> 0,90$; ajuste perfeito. CFI $< 0,90$; modelo pouco ajustado.	Pouco ajustado

Fonte: Elaborado pela autora.

De uma forma geral, os resultados obtidos com a estimação do modelo estrutural estão descritos no Quadro 10.

Quadro 10 - Síntese dos resultados obtidos com a estimação do modelo

Participação	Característica	Análise Geral
Social	Satisfação	Não demonstrou resultados estatisticamente significantes para explicar a participação social dos membros na cooperativa apesar do elevado coeficiente de caminho apresentado.
	Confiança	Não demonstrou resultados estatisticamente significantes para explicar a participação social dos membros na cooperativa apesar do elevado coeficiente de caminho apresentado.
	Idade	Não foi estatisticamente significativa e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação social. Tal resultado corrobora com o estudo de Gray e Kraenzle (1998).
	Escolaridade	Apresentou significância estatística a um nível de 5%, mas coeficiente de caminho muito próximo de 0. Nesse sentido, mudanças no nível de escolaridade dos cooperados quase não influenciariam a participação social dos membros.
	Distância propriedade-cooperativa	Não foi estatisticamente significativa e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação social.
	Tempo de associação	Não foi estatisticamente significativa e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação social.
	Membro do conselho	Essa variável apresentou significância de 1% para explicar a

		participação social dos cooperados. O coeficiente de caminho de 0,35 indica que quando o cooperado atua ou já atuou como membro de algum conselho, a sua participação social na cooperativa aumenta em 0,35. Esse resultado corrobora com os encontrados por Trechter et al. (2002).
	Tamanho da fazenda	Não foi estatisticamente significativo e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação social.
Econômica	Satisfação	Apresentou significância estatística a um nível de 5% para explicar a participação econômica na cooperativa. O coeficiente de caminho de -4,26 demonstra que à medida que o nível de satisfação do cooperado aumenta a sua participação econômica na cooperativa reduz 4,26 vezes mais.
	Confiança	Apresentou significância estatística a um nível de 1% para explicar a participação econômica na cooperativa. O coeficiente de caminho de 4,22 demonstra que à medida que o nível de confiança do cooperado aumenta, a sua participação econômica na cooperativa também aumenta 4,22 vezes mais. O resultado está em conformidade com os estudos de Bijman e Verhees (2011) e Falkowski et al. (2017).
	Idade	Apresentou significância estatística a um nível de 5%, mas coeficiente de caminho muito próximo de 0. Nesse sentido, à medida que a idade do cooperado aumenta quase não ocorre mudança na sua participação econômica na cooperativa.
	Escolaridade	Essa variável apresentou significância de 1% para explicar a participação econômica dos cooperados. O coeficiente de caminho de -0,14 indica que quando o cooperado adquire um nível de escolaridade mais elevado, a sua participação econômica na cooperativa diminui levemente na proporção de 0,14.
	Distância propriedade-cooperativa	Não foi estatisticamente significativo e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação econômica.
	Tempo de associação	Não foi estatisticamente significativo e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação econômica.
	Membro do conselho	Essa variável apresentou significância de 1% para explicar a participação econômica dos cooperados. O coeficiente de caminho de 0,33 indica que quando o cooperado atua ou já atuou como membro de algum conselho, a sua participação econômica na cooperativa aumenta em 0,33 vezes. Tal resultado converge com os resultados de Borgen (2001) e Österberg e Nilsson (2009).
	Tamanho da fazenda	Não foi estatisticamente significativo e nem apresentou coeficiente suficiente para explicar a participação econômica. Tal resultado corrobora com o estudo de Burt e Wirth (1990).

Fonte: elaborado pela autora.

No início do capítulo 3 foram formuladas proposições do estudo, com a finalidade de analisar questões específicas da participação dos cooperados associados à cooperativa estudada. Com base nos resultados obtidos, podem-se realizar as seguintes considerações para as proposições formuladas para este estudo:

- Para a primeira proposição “A participação é influenciada pelo grau de satisfação do cooperado com a cooperativa”, a satisfação somente influencia a participação econômica dos cooperados na cooperativa, sendo que tal relação é inversamente proporcional.
- Com relação à segunda proposição “A participação é influenciada pelo grau de confiança do cooperado com a cooperativa”, observou-se que o grau de confiança do cooperado somente

influencia a sua participação econômica na cooperativa e demonstra ter uma relação positiva com esta.

- Por fim, para a terceira proposição “A participação é influenciada pelas características sócio demográficas do cooperado”, constatou-se que para a participação social, apenas a característica “membro do conselho” é significativamente capaz de explicá-la. Com relação à participação econômica, por sua vez, observa-se que as características “escolaridade” e “membro do conselho” são estatisticamente significantes para explicá-la, sendo que a característica “membro do conselho” é mais fortemente capaz de explicar a participação econômica do que a característica “escolaridade”.

Analisando as respostas para cada variável de participação social e econômica individualmente, verifica-se que, de fato, os cooperados que responderam que já foram ou são membros do conselho, tendem a ser mais participativos com relação às variáveis “presença nas Assembleias Gerais”, “presença em reuniões e eventos informais da cooperativa”, “contribuição com sugestões para a cooperativa”, “priorização da entrega de produtos” e “priorização da compra de insumos”. Contudo, os cooperados que responderam não ter feito parte de algum conselho, também demonstraram ter um comportamento mais participativo com relação a essas mesmas variáveis. Observa-se uma distribuição mais homogênea das respostas entre os cooperados que fizeram ou não parte de algum conselho para a variável “interesse por informações sobre as ações da cooperativa”, especialmente entre aqueles que disseram não ter feito parte de algum conselho. A Tabela 11 apresenta essas informações.

Tabela 11 - Análise cruzada entre as respostas para as variáveis de “participação social” e “participação econômica” a característica “membro do conselho”

Participação Social	Escala	Membro do Conselho		TOTAL
		Sim	Não	
Presença nas assembleias gerais	DT	-	1	1
	DP	1	1	2
	NCND	-	4	4
	CP	4	5	9
	CT	12	4	16
	TOTAL	17	15	32
Presença em reuniões e eventos informais da cooperativa	DT	-	-	-
	DP	3	-	3
	NCND	-	6	6
	CP	9	8	17
	CT	5	1	6
	TOTAL	17	15	32
Interesse por informações sobre as ações da cooperativa	DT	-	1	1
	DP	2	1	3
	NCND	6	7	13

	CP	3	4	7
	CT	6	2	8
	TOTAL	17	15	32
Contribuição com ideias e sugestões para a cooperativa	DT	1	3	4
	DP	-	-	-
	NCND	3	3	6
	CP	5	7	12
	CT	8	2	10
	TOTAL	17	15	32
Priorização da entrega de produtos	DT	-	-	-
	DP	1	-	1
	NCND	-	3	3
	CP	1	5	6
	CT	15	7	22
	TOTAL	17	15	32
Priorização da compra de insumos	DT	1	1	2
	DP	2	1	3
	NCND	3	4	7
	CP	6	7	13
	CT	5	2	7
	TOTAL	17	15	32

Fonte: elaborado pela autora.

Com base nos dados da amostra, constata-se que para a variável “priorização da entrega de produtos”, de um modo geral, os cooperados que responderam com mais concordância quanto a priorizar a entrega de produtos são os que possuem um grau de escolaridade menor (fundamental incompleto, fundamental ou médio). Esses resultados estão em conformidade com aqueles apresentados por Barraud e Henninger (2009). Contudo, para a variável “priorização da compra de insumos”, observa-se uma relação contrária, visto que os cooperados com grau de escolaridade menor tendem a ser menos participativos ao responderem em sua maioria que concordam parcialmente com a priorização da compra de insumos da cooperativa. A Tabela 12 apresenta essas informações.

Tabela 12 – Análise cruzada entre as respostas para as variáveis de “participação econômica” e “escolaridade”

Participação Econômica	Escala	Grau de Escolaridade			
		Fund. In.	Fund.	Médio	Superior
Priorização da entrega de produtos	DT	-	-	-	-
	DP	-	-	-	1
	NCND	1	-	1	1
	CP	-	3	2	1
	CT	5	9	4	4
Priorização da compra de insumos	DT	-	-	1	1
	DP	-	3	-	-
	NCND	2	3	-	2

	CP	2	6	4	1
	CT	2	-	2	3

Fonte: elaborado pela autora.

Analisando as respostas sobre o nível de confiança dos cooperados, verifica-se que, para as variáveis “priorização da entrega de produtos” e “priorização da compra de insumos”, os cooperados que se disseram mais totalmente concordantes demonstram ter total confiança nos membros da gestão e apresentaram um nível mais parcial de confiança nos demais cooperados.

Com relação as respostas sobre o nível de satisfação, os cooperados que demonstraram concordar mais parcialmente e totalmente com as variáveis de satisfação são aqueles que responderam concordar mais parcialmente com a priorização da compra de insumos da cooperativa (destaque em azul na Tabela 13). Contrariamente, ao analisar as respostas para a variável “priorização de entrega da produção”, percebe-se que existe uma tendência dos cooperados mais satisfeitos serem mais economicamente participativos (destaque em cinza na Tabela 13). Verifica-se ainda alguns casos de cooperados que disseram estar menos satisfeitos ao nem concordar nem discordar e discordar parcialmente das afirmativas, mas que demonstraram concordância total com a priorização da entrega de produtos e compra de insumos.

Tabela 13 – Análise cruzada entre as respostas para as variáveis de “participação econômica” e “satisfação”

Participação Econômica		Satisfação															
		Escala	Com os benefícios econômicos					Com os benefícios sociais					Com os benefícios técnicos				
			DT	DP	NCND	CP	CT	DT	DP	NCND	CP	CT	DT	DP	NCND	CP	CT
Priorização da entrega de produtos	DT	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	DP	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
	NCND	-	-	-	1	2	-	-	1	-	2	-	-	1	1	1	-
	CP	-	-	2	3	1	-	-	2	2	2	-	-	1	3	2	-
	CT	-	2	4	11	5	-	2	2	8	10	-	3	2	11	6	-
Priorização da compra de insumos	DT	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-
	DP	-	-	-	2	1	-	-	-	1	2	-	1	-	1	1	-
	NCND	-	-	3	3	1	-	-	2	3	2	-	-	-	5	2	-
	CP	-	1	1	8	3	-	1	3	4	5	-	-	2	6	5	-
	CT	-	1	2	3	1	-	1	-	3	3	-	2	1	3	1	-

Fonte: elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou desenvolver uma pesquisa voltada a responder um problema recorrente em organizações cooperativas, em especial, cooperativas agropecuárias. Comportamentos pouco participativos têm sido identificados em diversos estudos que se propuseram a analisar a participação de membros em cooperativas agropecuárias, ressaltando-se, fundamentalmente, a baixa presença em assembleias. Em especial, no caso da cooperativa agropecuária analisada, a participação econômica, via entrega de produtos ou compra de insumos, também não tem sido totalmente satisfatória.

Considerando-se que o desempenho de cooperativas agropecuárias está fortemente associado ao grau de comprometimento dos seus membros para com a tomada de decisões gerenciais assim como para com as transações comerciais com a cooperativa, torna-se relevante a realização de estudos que possam contribuir com maior entendimento sobre o que pode influenciar o comportamento dos cooperados e, assim, favorecer ações gerenciais voltadas a garantir a sustentabilidade da organização no médio e longo prazo.

De fato, o nível suficiente de participação desejável em cooperativas agropecuárias é bastante relativo, visto que cada organização cooperativa possui objetivos e recursos específicos, os quais podem determinar maior ou menor dependência de seus membros. De qualquer forma, cabe aos gestores estar ciente sobre qual o nível aceitável de participação necessário para garantir o bom funcionamento da cooperativa e assim promover o desenvolvimento econômico e social dos seus associados e do meio em que está inserida.

Quanto ao nível de participação dos membros que responderam à pesquisa, verificou-se que não há um total comprometimento, principalmente econômico, dos seus membros e que existem algumas diferenças nos níveis de participação entre as variáveis investigadas. Acredita-se que a dificuldade do comprometimento dos membros com a cooperativa está na sua dificuldade em entender o papel da cooperativa e saber diferenciá-la de outras organizações presentes no mercado.

Com relação à participação social, constatou-se que os cooperados responderam mais favoravelmente quanto as variáveis “Presença nas assembleias gerais” e “Presença em reuniões e eventos informais da cooperativa”, e menos favoravelmente quanto as variáveis “Interesse por informações sobre as ações da cooperativa” e “Contribuição com sugestões para a cooperativa”.

Diante desse resultado, pode-se pressupor que os cooperados tenham um entendimento mais restrito de que a participação social se resume a frequentar assembleias e reuniões

informais e que a presença nestas já é suficiente para exercer o seu papel de dono/sócio da cooperativa. No entanto, o fato de valorizarem mais a presença nas assembleias pode demonstrar um perfil mais passivo dos cooperados. Assim, um comportamento mais proativo de estar sempre se preocupando em acompanhar o funcionamento e o desempenho da cooperativa e contribuir com sugestões para um melhor funcionamento da cooperativa em prol de seus interesses, não fica evidente entre os cooperados respondentes. Do contrário, pode-se pensar que os cooperados estão satisfeitos com as decisões que estão sendo realizadas e não veem a necessidade de se envolver mais na cooperativa, além do que já tem feito, visto que seus interesses estão sendo atendidos.

Com relação à participação econômica, os cooperados demonstraram maior comprometimento com a entrega de produtos à cooperativa. No entanto, foi apontado pelo diretor-presidente que o comprometimento do cooperado em comercializar sua produção pela cooperativa não é satisfatória. Resta saber se a avaliação feita pelo diretor refere-se à participação individual ou ao montante coletivo, e se os níveis atuais de entrega são efetivamente insuficientes ou, sendo suficientes, se seria desejável aumentá-los para alcançar uma maior eficiência operacional e econômica da cooperativa.

Os cooperados responderam menos favoravelmente à variável “priorização de compra de insumos da cooperativa”. Para o diretor-presidente, o ideal seria que os cooperados comprassem seus insumos diretamente pela cooperativa. Dessa forma, pode-se pressupor que os cooperados não percebem a importância de sua função de donos da cooperativa, negligenciando o fato de que ao comprarem seus insumos da cooperativa eles contribuem para o desenvolvimento desta e para a obtenção de melhores preços dos insumos agrícolas, contribuindo com o próprio negócio.

O objetivo geral do estudo foi analisar a influência de características individuais dos cooperados na sua participação em uma cooperativa agropecuária de Mato Grosso do Sul. Os resultados desse estudo indicam que a característica sócio demográfica de ser ou ter sido membro do conselho foi estatisticamente significativa para explicar a participação social e econômica do membro. Este fato pode ser decorrente de que, ao participar diretamente da gestão, o cooperado tem maior conhecimento da importância do seu papel enquanto “dono” para o desempenho da cooperativa e de como ele pode se beneficiar economicamente, mais ou menos, conforme seu grau de comprometimento com a cooperativa.

A participação econômica pôde ainda ser explicada pelo grau de escolaridade do indivíduo, mas de forma inversamente proporcional, isto é, cooperados de maior nível de escolaridade demonstraram menor comprometimento econômico com a cooperativa. Diante

desse resultado, pode-se supor que o cooperado, ao adquirir maior conhecimento, sinta-se mais confiante em atuar de forma mais autônoma, não necessitando tanto da cooperativa para realizar as suas transações econômicas.

As atitudes pessoais, “satisfação” e “confiança”, também se mostraram significativas para explicar a participação econômica dos cooperados na cooperativa. A satisfação apresentou relação inversamente proporcional enquanto que a confiança apresentou relação positiva com a participação econômica.

Dada a influência positiva na participação do membro que já atuou na gestão, pode-se supor que falte um pouco mais de informação ao cooperado que nunca participou referente ao funcionamento e necessidades da organização, assim como sobre desafios e das oportunidades de desenvolvimento do cooperado por meio da cooperativa. Talvez falte um conhecimento maior sobre o negócio em si, seus limites e suas oportunidades de crescimento. Cabe, quem sabe, o desenvolvimento de uma visão estratégica que faça com que os cooperados vislumbrem chances de melhorarem os benefícios adquiridos por serem associados da cooperativa. A incorporação de mecanismos gerenciais que estimulem os cooperados a participar da gestão, via direção ou conselhos, pode ser propícia para garantir melhores índices de participação no futuro.

Os cooperados demonstraram ter confiança, especialmente nos membros da gestão, sendo que tal variável de atitude está diretamente relacionada com a participação econômica do cooperado. De fato, propõe-se que ao confiar na gestão da cooperativa, os membros se sentem seguros e confiantes de que a cooperativa irá agir em busca de maiores vantagens em benefício dos membros. Dessa forma, a gestão deveria estar constantemente informando seus membros sobre as ações da cooperativa, garantindo transparência gerencial para desenvolver a confiança dos membros.

Mesmo que o grau de satisfação não tenha se apresentado como significativo para influenciar de forma positiva uma maior participação social do cooperado, esta não deve ser ignorada pelos gestores. Caberia, de fato, uma análise mais aprofundada sobre o que significa estar satisfeito com a cooperativa, isto é, quais as reais expectativas do associado. Além disso, quando as expectativas passam a ser atendidas, o cooperado pode achar que seu envolvimento não é mais tão relevante para que ele adquira mais benefícios e, assim, deixa de participar tanto. Expectativas baixas, ou pouco audaciosas, podem levar o cooperado rapidamente a um comportamento de passividade pelo fato de já ter alcançado seus objetivos.

Em termos de limitação desta pesquisa, destaca-se a amostra considerada, a qual poderia ter sido maior em termos quantitativos assim como em termos qualitativo, ao

incorporar mais associados que, comprovadamente, participam menos na cooperativa. Uma limitação que deve ser considerada diz respeito às características sócio demográficas “tamanho da fazenda” e “distância propriedade-cooperativa” as quais são muito homogêneas, o que pode ter afetado os resultados do teste estatístico realizado. Além disso, outras variáveis poderiam ser propostas visando ampliar a compreensão sobre a satisfação dos membros. Estudos futuros podem investigar quais fatores influenciam na satisfação e confiança dos cooperados, num contexto de médio e longo prazo. Outros estudos podem buscar compreender melhor como os gestores veem a participação dos cooperados na cooperativa, se os níveis atuais são suficientes para que a cooperativa consiga alcançar todos os seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGBO, M.; ROUSSELIÈRE, D.; SALANIÉ, J. Agricultural marketing cooperatives with direct selling: A cooperative–non-cooperative game. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 109, p. 56–71, jan. 2015.

AJZEN, I. The Theory of Planned Behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, p. 179–211, 1991.

AJZEN, I.; FISHBEIN, M. Questions raised by a reasoned action approach: Comment on Ogden (2003). **Health Psychology**, v. 23, n. 4, p. 431–434, 2004.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Cooperative identity, values & principles**. 2018. Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 8 set. 2018.

ARCAS-LARIO, N.; MARTÍN-UGEDO, J. F.; MÍNGUEZ-VERA, C. A. Farmers' satisfaction with fresh fruit and vegetable marketing Spanish cooperatives: An explanation from agency theory. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 17, n. 1, p. 127–146, 2014.

BAREILLE, F.; BEAUGRAND, F.; DUVALEIX-TRÉGUER, S. Objectives' alignment between members and agricultural cooperatives. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, v. 98, n. 1–2, p. 75–91, 2017.

BARRAUD-DIDIER, V.; HENNINGER, M. C.; EL AKREMI, A. The relationship between members' trust and participation in the governance of cooperatives: The Role of organizational commitment. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 15, n. 1, p. 1–24, 2012.

BARRAUD-DIDIER, V.; HENNINGER, M. C.; TRIBOULET, P. La Participation des Adhérents Dans Leurs Coopératives Agricoles: Une Étude Exploratoire du Secteur Céréalière Français. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, v. 62, n. 1, p. 125–148, 2014.

BARRAUD-DIDIER, V.; HENNINGER, M. C. Les déterminants de la fidélité des adhérents de coopératives agricoles. **Revue Internationale de l'économie Sociale**, v. 314, p. 47–62, 2009.

BHUYAN, S. The “People” Factor in Cooperatives: An Analysis of Members' Attitudes and Behavior. **Canadian Journal of Agricultural Economics/Revue canadienne d'agroéconomie**, v. 55, n. 3, p. 275–298, set. 2007.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 1, p. 119–138, mar. 2007.

BIALOSKORSKI NETO, S. A nova geração de cooperativas e a coordenação de sistemas agroindustriais. In: II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares, PENSA/FEA/USP, 1999, Ribeirão Preto.

BIJMAN, J.; VERHEES, F. Member or customer? Farmer commitment to supply cooperatives. In: International Conference on the Economics and Management of Networks, 1-3 dec. 2011, Limassol. Limassol: Frederick University, 2011.

BISWAS, S. N. Organizational Behaviour Research in Rural Producers' Cooperatives. **International Journal of Rural Management**, v. 11, n. 1, p. 40–59, abr. 2015.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8ª ed ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGEN, S. O. Identification as a trust-generating mechanism in cooperatives. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 72, n. 2, p. 209–228, 2001.

BRASIL. **Lei Federal Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regimento jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 12 ago 2018.

BREI, V. A.; LIBERALI NETO, G. O Uso da Técnica de Modelagem em Equações Estruturais na Área de Marketing: um Estudo Comparativo entre Publicações no Brasil e no Exterior. **RAC**, v. 10, n. 4, p. 131–151, 2003.

BRUQUE CÁMARA, S. et al. ¿Son más competitivas las sociedades cooperativas? Un análisis en el sector de la distribución farmacéutica. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 42, p. 131–157, 2002.

BURT, L.; WIRTH, M. E. Assessing the Effectiveness of Fann Supply Cooperatives: A Comparison of Farmer and Manager Viewpoints. **Journal of Agricultural Cooperatives**, v. 5, p. 17–26, 1990.

CECHIN, A. et al. Drivers of pro-active member participation in agricultural cooperatives: evidence from Brazil. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 84, n. 4, p. 443–468, 2013.

CHADDAD, F.; ILIOPOULOS, C. Control Rights, Governance, and the Costs of Ownership in Agricultural Cooperatives. **Agribusiness**, v. 29, n. 1, p. 3–22, jan. 2013.

COOK, M. L.; BURRESS, M. J. A Cooperative Life Cycle Framework. In: International Conference 'Rural Cooperation in the 21st Century: Lessons from the Past, Pathways to the Future, June 15–17, 2009, Rehovot. **Proceedings...** Rehovot: The Hebrew University of Jerusalem, 2009.

COOK, M. L.; CHADDAD, F. R. Redesigning Cooperative Boundaries: The Emergence of New Models. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 86, n. 5, p. 1249–1253, 1 dez. 2004.

COSTA, D. R. DE M.; CHADDAD, F. R.; AZEVEDO, P. F. DE. Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 285–300, jun. 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAKURAH, H. A.; GODDARD, E.; OSUTEYE, N. Attitudes towards and satisfaction with cooperatives in Alberta: A survey analysis. In: American Agricultural Economics Association Annual Meeting, July 24-27, 2005, Providence. **Proceedings...**Providence: University of Alberta, 2005.

EMERY, S. B. Independence and individualism: conflated values in farmer cooperation? **Agriculture and Human Values**, v. 32, n. 1, p. 47–61, 2014.

FALKOWSKI, J.; CHLEBICKA, A.; ŁOPACIUK-GONCZARYK, B. Social relationships and governing collaborative actions in rural areas: Some evidence from agricultural producer groups in Poland. **Journal of Rural Studies**, v. 49, n. 1305, p. 104–116, 2017.

FENG, L.; FRIIS, A.; NILSSON, J. Social Capital among Members in Grain Marketing Cooperatives of Different Sizes. **Agribusiness an International Journal**, v. 32, n. 1, p. 113–126, 2016.

FULTON, J. R.; ADAMOWICZ, W. L. Factors That Influence the Commitment of Members to Their Cooperative Organization. **Journal of Agricultural Cooperation**, v. 8, p. 39–53, 1993.

FULTON, M. Cooperatives and Member Commitment. **LTA**, v. 4, n. 99, p. 418–437, 1999.

FULTON, M.; GIANNAKAS, K. Agency and Leadership in Cooperatives: Endogenizing Organizational Commitment. In: KARANTININIS, K.; NILSSON, J. (Eds.). **Vertical Markets and Cooperative Hierarchies: The Role of Cooperatives in the Agri-Food Industry**. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2007. p. 93-113.

GALL, R. G.; SCHRODER, B. Agricultural producer cooperatives as strategic alliances. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 9, n. 4, p. 26–44, 2006.

GIJSELINCKX, C.; BUSSELS, M. Farmers' cooperatives in Europe: social and historical determinants of cooperative membership in agriculture. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 85, n. 4, p. 509–530, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 6.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Cooperativismo Agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro. **Revista econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 389-410, 2006.

GRAY, T. W. Why do members participate in agri co-ops? **Rural Cooperatives**, p. 4–7, 2011.

GRAY, T. W.; KRAENZLE, C. A. Member Participation in Agricultural Cooperatives: A Regression and Scale Analysis. **United States Department of Agriculture**, 1998.

HAIR JR., J. et al. **Análise Multivariada de Dados**. Tradução: Adonai Schlup Sant'Anna. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

_____. **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. 2. ed. Los Angeles: SAGE, 2017.

HAKELIUS, K. Farmer Cooperatives in the 21st Century: Young and Old Famers in Sweden. **Journal of Rural Cooperation**, v. 27, n. 1, p. 31–54, 1999.

HAKELIUS, K.; HANSSON, H. Measuring Changes in Farmers' Attitudes to Agricultural Cooperatives: Evidence from Swedish Agriculture 1993-2013. **Agribusiness**, v. 32, n. 4, p. 531–546, nov. 2016.

HANSEN, M. H.; MORROW, J. L.; BATISTA, J. C. The impact of trust on cooperative membership retention, performance, and satisfaction: An exploratory study. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 5, n. 1, p. 41–59, 2002.

HARTE, L. N. Creeping Privatisation of Irish Co-operatives: A Transaction Cost Explanation. In: NILSSON, J.; VAN DIJK, G. (Eds.). **Strategies and structures in the agro-food industries**. Assen, The Netherlands: Van Gorcum & Comp., 1997.

HELLBERG-BAHR, A. et al. Heterogene Mitgliederinteressen in Molkereigenossenschaften – ein Fallbeispiel. **Jahrbuch der Österreichischen Gesellschaft für Agrarökonomie**, v. 20, n. 1, p. 139–148, 2011.

HENDRIKSE, G.; FENG, L. Interfim Cooperatives. In: GRANDORI, A. (Ed.). **Handbook of Economic Organization Integrating Economic and Organization Theory**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2013. p. 501-523.

HENDRIKSE, G. W. Screening, Competition and the Choice of the Cooperative as an Organizational Form. **Journal of Agricultural Economics**, v. 49, n. 2, p. 202–217, 1998.

HERNANDEZ-ESPALLARDO, M.; ARCAS-LARIO, N.; TANTIUS, P. H. Farmers' satisfaction and intention to continue as members of agricultural marketing co-operatives: a test of the neoclassical and transaction costs theories. In: 113th EAAE Seminar "A resilient European food industry and food chain in a challenging world", sep 3-6, 2009, Chania. **Proceedings**...Chania: European Association of Agricultural Economists, 2009.

HOLMSTRÖM, B. Future of Cooperatives: A Corporate Perspective. **The Finnish Journal of Business Economics**, v. 4, p. 404–417, 1999.

IRIE, A. C. **A governança formal e informal de uma cooperativa agropecuária sob a ótica dos associados**. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 2018.

JAMES, H. S.; SYKUTA, M. E. Farmer trust in producer- and investor-owned firms: Evidence from Missouri corn and soybean producers. **Agribusiness**, v. 22, n. 1, p. 135–153, 2006.

LARENTIS, F.; GIACOMELLO, C. P.; CAMARGO, M. E. Análise da importância em pesquisas de satisfação através da regressão múltipla: estudo do efeito de diferentes pontos de escala. **Análise**, v. 23, n. 3, p. 258–269, 2012.

LEÓN, D. A. D. **Análise Fatorial Confirmatória através dos Softwares R e Mplus**. 2011, 97 f. Monografia - Curso de Graduação em Matemática e Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MENDES, M. M. **Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Cooperativismo no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MOYANO FUENTES, J.; PUIG BLANCO, F.; BRUQUE CÁMARA, S. Los determinantes de la competitividad en las cooperativas. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 61, n. ago, p. 233–249, 2008.

NARDOQUE, S.; MELO, D. S.; KUDLAVICZ, M. Questão agrária em Mato Grosso Do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Okara: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 624–648, 2018.

NEVES, J. A. B. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Enap, 2018.

NILSSON, J.; KIHLEN, A.; NORELL, L. Are traditional cooperatives an endangered species? About shrinking satisfaction, involvement and trust. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 12, n. 4, p. 101–122, 2009.

OLIVEIRA, J. R. DE. **O Comprometimento do cooperado com a cooperativa**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2007.

OLLILA, P.; NILSSON, J.; VON BRÖMSEN, C. **Characteristics of Membership in Agricultural Cooperatives**. In: International Conference “Cooperative Responses and Global Challenges” March 21-23, 2012, Berlin. **Proceedings**...Berlin: Humbolt university, 2012.

ORGAN, D. W.; PODSAKOFF, P. M.; MACKENSIE, S. B. **Organizational Citizenship Behavior: Its nature, antecedents, and consequences**. California, USA: SAGE, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Agenda Institucional do Cooperativismo**. 2018a. Disponível em: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/arquivos/Publicacoes/agenda_institucional.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Ramo Agropecuário**. 2018b. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ramo-agropecuario>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (OCB/MS). **Panorama do Cooperativismo Sul-mato-grossense**. 2018. Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/publicacoes/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ÖSTERBERG, P.; NILSSON, J. Members' perception of their participation in the governance of cooperatives: the key to trust and commitment in agricultural cooperatives. **Agribusiness**, v. 25, n. 2, p. 181–197, dez. 2009.

PETER, J. P.; OLSON, J. C. **Consumer Behavior & Marketing Strategy**. 9th ed. New York, USA: McGraw-Hill, 2010.

PIES, M. P.; BAGGIO, D. K.; ROMEIRO, M. DO C. Participação dos Associados: Um Pilar Estratégico de Governança do Cooperativismo. **Revista de Administração IMED**, v. 6, n. 2, p. 221–236, 2016.

PIVOTO, D.; WAQUIL, P. D.; OLIVEIRA, C. A. O.; MORES, G. V.; CORTE, V. F. D. Gestão de organizações cooperativas: o problema do portfólio em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. **RGC**. Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 51-62, 2014.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Notícias**: Cooperativas agropecuárias do Brasil faturaram R\$ 200 bilhões em 2017. 2018. Disponível em: <<https://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/cooperativas-agropecuarias-do-brasil-faturaram-r-200-bilhoes-em-2017-171965>>. Acesso em: 30 agosto 2018.

POZZOBON, D. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Democratic Costs in Member-Controlled Organizations. **Agribusiness an International Journal**, v. 29, n. 1, p. 112–132, 2013.

_____. Member Participation in Cooperative Governance: Does Heterogeneity Matter? **EnANPAD**, p. 1–17, 2011.

POZZOBON, D. M.; ZYLBERSZTAJN, D.; BIJMAN, J. How can cooperatives reduce democratic costs without incurring excessive agency costs? **Journal of Rural Cooperation**, v. 40, n. 2, p. 119–144, 2012.

REYNOLDS, B. J. **Election and voting policies of agricultural cooperatives**. USDA, Rural Development, 2004.

SIEBERT, J. W.; PARK, J. L. Maintaining a Healthy Equity Structure: A Policy Change at Producers Cooperative Association. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 13, n. 3, p. 87–96, 2010.

SILVA, R. F. F. DA. **Determinantes da intenção de consumo de insetos comestíveis**. 2018, 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 2018.

SIMIONI, F. J. et al. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **RESR**, v. 47, n. 3, p. 739–765, 2009.

SINDICATO RURAL DE CAMPO GRANDE (SRCG). **Cooperativas de MS detêm mais da metade do faturamento do agronegócio**. 2016. Disponível em: <<https://www.srcg.com.br/noticia/cooperativas-de-ms-detem-mais-da-metade-do-faturamento-do-agronegocio/12066>>. Acesso em: 31 Agosto 2018.

TRECHTER, D. D.; KING, R. P.; WALSH, L. Using Communications to Influence Member Commitment in Cooperatives. **Journal of Cooperatives**, v. 17, p. 14–32, 2002.

VENTURA, M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Scerj**, v. 20, n. 5, p. 383–386, 2007.

VERHEES, F. J. H. M.; SERGAKI, P.; VAN DIJK, G. Building up active membership in cooperatives. **New Medit**, v. 14, n. 1, p. 42–52, 2015.

WADSWORTH, J. J. An analysis of major farm characteristics and farmers' use of cooperatives. **Journal of Agricultural Cooperatives**, v. 6, p. 45–53, 1991.

XIANG, L. Y.; SUMELIUS, J. Analysis of the factors of farmers' participation in the management of cooperatives in Finland. **Journal of Rural Cooperation**, v. 38, n. 2, p. 134–155, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 edição ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO AOS COOPERADOS DA COOPERATIVA

- Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem o objetivo de investigar a influência de formais e informais na atuação dos associados de uma cooperativa agropecuária.
- **VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR**
- Não existe resposta certa, o objetivo é apenas conhecer a opinião dos associados e NÃO avaliá-los!
- Antecipadamente agradecemos a sua colaboração. Muito Obrigada!

1. Idade: _____ anos

2. Grau de escolaridade:

() Fundamental incompleto () Fundamental completo (ginásio) () Médio incompleto

() Médio completo () Superior incompleto (faculdade) () Superior completo (faculdade)

() Pós-graduação

3. Qual a distância entre sua propriedade e a cooperativa? _____

4. Há quanto tempo é associado da Cooperativa: _____

5. Você é ou já foi membro da diretoria e/ou conselho? () Sim () Não

6. Qual o tamanho da sua propriedade? _____ hectares.

Responda, assinalando com “X” na opção que mais expresse a sua opinião com relação à frase apresentada.

1 – Discordo Totalmente (DT) 2 – Discordo em partes (DP) 3 - Nem concordo nem discordo (N) 4 – Concordo em partes (CP) 5 – Concordo Totalmente (CT)

CONFIANÇA					
	DT	DP	N	CP	CT
Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos demais cooperados.	1	2	3	4	5
Eu tenho plena confiança nas ações/conduita dos membros da gestão.	1	2	3	4	5

SATISFAÇÃO					
	DT	DP	N	CP	CT
Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios econômico-financeiros (menor custo, maior receita, preço, etc) adquiridos por ser cooperado.	1	2	3	4	5
Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios sociais (educação, capacitação, relações sociais, etc) adquiridos por ser cooperado.	1	2	3	4	5
Eu estou plenamente satisfeito com os benefícios técnicos (assistência técnica, acesso a nova tecnologia, etc) adquiridos por ser cooperado.	1	2	3	4	5

PARTICIPAÇÃO					
	DT	DP	N	CP	CT
Eu frequento todas as assembleias ordinárias para exercer meu direito ao voto.	1	2	3	4	5
Eu participo de todas as reuniões informais e/ou encontros sociais da cooperativa	1	2	3	4	5
Eu estou sempre buscando informações sobre o funcionamento e ações da cooperativa.	1	2	3	4	5
Eu sempre priorizo a entrega/venda de produtos à cooperativa.	1	2	3	4	5
Eu sempre priorizo a compra de insumos da cooperativa.	1	2	3	4	5
Eu costumo contribuir com sugestões de ações junto à gestão da cooperativa.	1	2	3	4	5